



Diário Oficial

Poder Legislativo

2ª Sessão Legislativa
da 11ª Legislatura

ANO XLII

RIO BRANCO - AC, 10 DE DEZEMBRO DE 2004

N.º 3383

MESA DIRETORA

Presidente: Sérgio Oliveira
1º Secretário: Ronald Polanco
2º Secretário: Moisés Diniz
3º Secretário: Francisco Viga
4º Secretário: Delorgem Campos

ÍNDICE

ATOS DA PRESIDÊNCIA	Pág. 2
ATOS DA MESA DIRETORA	Pág. 2
ATOS DO SECRETÁRIO EXECUTIVO	Pág. 2
PEQUENO EXPEDIENTE	Pág. 3
GRANDE EXPEDIENTE	Pág. 3
ORDEM DO DIA	Pág. 3
CONTRACAPA	Pág. 24

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

Deputados JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, PE. VALMIR FIGUEREDO, RONALD POLANCO, TAUMATURGO LIMA, do PT; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA, do BPM; DELORGEM CAMPOS, FRANCISCO VIGA, JOSÉ LUIS, do BSC; HÉLIO LOPES, NILSON AREAL, ROBERTO FILHO do BLT; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO, do PMDB; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA, do PSDB; JOSÉ VIEIRA, do PFL; JOSÉ BESTENE, do PP; LUIZ CALIXTO, do PDT; NOGUEIRA LIMA, do PSC; TARCÍSIO MEDEIROS, do PPS.

GABINETE DAS LIDERANÇAS

PT - Deputado Juarez Leitão
BPM - Deputado Elson Santiago
BSC - Deputado José Luis
BLT - Deputado Hélio Lopes
PMDB - Deputada Antônia Sales
PSDB - Deputado Luiz Gonzaga
PFL - Deputado José Vieira
PP - Deputado José Bestene
PDT - Deputado Luiz Calixto
PSC - Deputado Nogueira Lima
PPS - Deputado Tarcísio Medeiros
PTB - Deputado Roberto Filho
Líder do Governo - Deputado Edvaldo Magalhães

Atos da Presidência

RESOLUÇÃO N. 07 /2004

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que prescreve o Art. 15, item III, letra "a" e Art. 21, do Regimento Interno desta Casa.

RESOLVE:

Art. 1º CONSTITUIR uma Comissão Especial composta dos Deputados a seguir relacionados, para apreciar Proposta de Emenda Constitucional n. 01/2004, do Poder Executivo.

Deputada NALUH GOUVEIA	(PT)
Deputado EDVALDO MAGALHÃES	(BPM)
Deputado NILSON AREAL	(BLT)
Deputado HELDER PAIVA	(PSDB)
Deputado JOSÉ LUIS	(BSC)

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "MILTON DE MATOS ROCHA",
 10 de dezembro de 2004

Deputado Sérgio Oliveira
 Presidente

RESOLUÇÃO N. 08 /2004

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais e de acordo com que preceituou o art. 19, item II, e art. 20, do Regimento Interno desta Casa.

RESOLVE:

Art. 1º CONSTITUIR de acordo com o que prescreve o art.31, da Resolução n. 86/90 do Regimento Interno uma Comissão de Representação Interna, composta dos Deputados abaixo relacionados:

Deputado CHAGAS ROMÃO	(PMDB)
Deputado FRANCISCO VIGA	(BSC)
Deputado HÉLIO LOPES	(BLT)
Deputado HELDER PAIVA	(PSDB)
Deputado ROBERTO FILHO	(BLT)

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "MILTON DE MATOS ROCHA",
 10 de dezembro de 2004

Deputado Sérgio Oliveira
 Presidente

Atos da Mesa Diretora

RESOLUÇÃO N. 130 /2004

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores **Sebastião Nunes da Fonseca Dias**, Técnico em Contabilidade, CL. "B" CÓD. PL-NM-310, Ref. 31 e **Julio José da Silva Dourado**, Redator Legislativo, CL."B" CÓD. PL-NM-307, Ref. 31, para, na Cidade de Manaus - AM, nos dias 13 e 14 de dezembro do corrente ano, participar do Curso de Licitações Através do Sistema de Registro de Preços.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a **três diárias** para custeio das despesas prevista no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "MILTON DE MATOS ROCHA",
 10 de dezembro de 2004.

Deputado Sérgio Oliveira
 Presidente

Deputado Ronald Polanco
 1º Secretário

Deputado Moisés Diniz
 2º Secretário

RESOLUÇÃO N. 171 /2004

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Deputado **Chagas Romão**, integrante do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, para, na cidade de Brasília - DF, nos dias 10 a 13 de dezembro do corrente ano, participar do Encontro Nacional do PMDB.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a **uma diária** para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "MILTON DE MATOS ROCHA",

10 de dezembro de 2004.

Deputado Sérgio Oliveira
 Presidente

Deputado Ronald Polanco
 1º Secretário

Deputado Moisés Diniz
 2º Secretário

Atos do Secretário Executivo

PORTARIA N. 334 /2004

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

CONVOCAR os servidores abaixo relacionados, para prestarem serviços nas Sessões Extraordinárias, no dia 10 de dezembro de 2004.

MARIA FERNANDA MONTENEGRO ARAGÃO
 ROSANA MARIA CRUZ CAVALCANTE
 DORICÉLIA THAUMATURGO DA SILVA
 EVELENA DA COSTA CARDOSO
 DIRCIANO FRANCISCO LIMA E SOUZA
 MÁRCIA SOCORRO ABREU RICCIARD
 CARLOS AUGUSTO COËLHO DE FARIA
 ISAC MARTINS MOREIRA
 ERSON PEREIRA MAGALHÃES
 VALDERI DE OLIVEIRA E SILVA
 JOSÉ CARLOS GEBER
 PEDRO GOMES DA SILVA
 AUGUSTINHO BARROSO SOARES
 PEDRO FERREIRA DA CRUZ
 FRANCISCO ALBERTO RODRIGUES CAVALCANTE
 SOLÔNIDAS NASCIMENTO MAIA
 LIANNA VASCONCELLOS DE SOUZA
 MARIUSA DE CARVALHO
 ALBERLÂNDIO BRANDÃO DE MENEZES
 NORMA JANE PINTO CAVALCANTE
 ASSEM AYACHE SOBRINHO
 MARIA LUIZA MESQUITA DA SILVA
 RAIMUNDA MENDES FONTENELE
 ALAENE DE FREITAS FONSECA
 JOSÉ VASCONCELOS DE LIMA
 VALCIMAR MARTINS MOREIRA
 EDEVALDO DA SILVA SOUZA
 MAYZA FURTADO FEITOSA
 MARIA NELSANIRA SANTIAGO DE MELO ARRUDA
 ANNY DE FÁTIMA CAVALCANTE DOS SANTOS LOPES
 MARIA DO SOCORRO SILVA DE SOUZA TRISCH
 EDNA DA SILVA SOUZA
 PAULO LUIZ RODRIGUES DA SILVA
 JOÃO CARDOSO DA SILVA
 ALUÍZIO ROCHA DA SILVA
 FRANCISCO AURICÉLIO RÉGO DA SILVA
 GILDETE MELO DE SOUZA
 NEY CHARLES MESQUITA DE AGUIAR
 JOSÉ ISRAEL DE LIRA FILHO
 ÉDER VALENTE DA COSTA
 EDILSON MOREIRA SAMPAIO
 PAULO ALMEIDA NOGUEIRA
 ANTONIO NIXON GOMES DE OLIVEIRA
 EVALDO RODRIGUES DOS SANTOS

Rio Branco, 10 de dezembro de 2004.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Carlos Augusto Coêlho de Farias
 Secretário Executivo

89ª SESSÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 10 de dezembro de 2004

Presidência: Deputado SÉRGIO OLIVEIRA

Secretaria: Deputado FRANCISCO VIGA

PRESENTES: Deputados JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, RONALD POLANCO, TAUMATURGO LIMA do PT; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA do BPM; DELORGEM CAMPOS, FRANCISCO VIGA, JOSÉ LUIS do BSC; HÉLIO LOPES, NILSON AREAL, ROBERTO FILHO do BLT; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO do PMDB; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA do PSDB; JOSÉ VIEIRA do PFL; JOSÉ BESTENE do PP; LUIZ CALIXTO do PDT; NOGUEIRA LIMA do PSC; TARCÍSIO MEDEIROS do PPS.

O Senhor Presidente (SÉRGIO OLIVEIRA) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos e dado o adiantado da hora, consideramos lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

Pequeno Expediente

O Senhor Presidente (SÉRGIO OLIVEIRA) – Conforme entendimento entre as lideranças, suspendemos a presente sessão, para que os Deputados possam se reunir nas Comissões.

Esta suspensa a presente Sessão. (PAUSA)

Grande Expediente

Deputado TARCÍSIO MEDEIROS (Líder do PPS – EM QUESTÃO DE ORDEM) – Senhor Presidente, em decorrência do tempo estar se esgotando e pela necessidade de votação das matérias, solicito a prorrogação da sessão por mais uma hora.

O Senhor Presidente (SÉRGIO OLIVEIRA) – Acatamos a Questão de Ordem do Deputado Tarcísio Medeiros e prorrogamos a sessão por mais uma hora.

Suspendemos a presente Sessão pelo tempo necessário. (PAUSA)

Está reaberta a presente Sessão.

Ordem do Dia

Aberta a Ordem do Dia, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 13/2004, de autoria do Deputado José Luis, que “Institui o Projeto “Turismo Educativo”, e dá outras providências”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 19 votos.

O Senhor Presidente (SÉRGIO OLIVEIRA) – Tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá à Redação Final.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 67/2004, de autoria do Deputado Chagas Romão, que “Concede o Título de Cidadão Acreano ao Sr. Hermínio da Silveira”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 19 votos.

O Senhor Presidente (SÉRGIO OLIVEIRA) – Tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá à Redação Final.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Parecer exarado à Moção de Aplauso n. 25/2004, de autoria da Deputada Antonia Sales, o qual manifesta “Moção de Aplauso ao Prof. José Gonzaga da Silva Neto, profissional em educação em Cruzeiro do Sul”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, os Senhores Deputados que concordarem com o Parecer, fiquem sentados. Os que discordarem, fiquem de pé. Aprovado por 20 votos.

O Senhor Presidente (SÉRGIO OLIVEIRA) – Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Parecer exarado à Moção de Aplauso n. 24/2004, de autoria do Deputado Edvaldo Magalhães, o qual manifesta “Moção de Aplauso à Santa Casa de Misericórdia de Cruzeiro do Sul”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, os Senhores Deputados que concordarem com o Parecer fiquem sentados. Os que discordarem, fiquem de pé. Aprovado por 20 votos.

O Senhor Presidente (SÉRGIO OLIVEIRA) – Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 65/2004, de autoria do Deputado Hélio Lopes, que “Concede o Título de Cidadão Acreano ao Sr. Ruy Alberto Duarte”.

Em discussão usaram da palavra:

Deputado LUIZ CALIXTO (Líder do PDT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu não tomei a iniciativa de apresentar qualquer posição no sentido de tornar acreanos aqueles que já vivem aqui no Acre. Tenho divergências políticas e administrativas em relação ao Senhor Sérgio Nakamura, mas nem por isso deixei de votar a favor da Proposição que lhe concedeu o título de Cidadão Acreano. E vejo agora que a Assembléia Legislativa está rejeitando a concessão deste título a um advogado que ao seu modo e estilo, defende algumas coisas antipopulares; porém, não se justifica que não podemos conceder a ele o título de Cidadão Acreano, até porque o Dr. Rui Duarte mora neste Estado há 30 anos, constituiu uma família no nosso Estado e ainda possui uma boa banca de advogados. Acho uma indelicadeza da Assembléia Legislativa colocar questões pessoais para rejeitar esse título.

Eu proponho que retiremos da pauta esse Projeto, para que não coloquemos questões ideológicas e pessoais frente a essas situações. Pelo menos, devemos repensar. Se ele foi advogado dos Marajás, foi também do Deputado Sérgio Oliveira, portanto, sugiro que retiremos de votação a Matéria.

Deputado TARCÍSIO MEDEIROS (Líder do PPS – EM APARTE) – Deputado Luiz Calixto, concordo com V. Ex^a., mas, já que esse Projeto foi votado e rejeitado na Comissão, que fique lá, porque nós não podemos usar dois pesos e duas medidas, o Dr. Rui Duarte é uma pessoa que muitos não gostam dele, mas é um profissional. Então concordo com V. Ex^a. e peço ao autor do Projeto Deputado Hélio Lopes, que retire-o de votação.

Deputada NALUH GOUVEIA (PT – EM APARTE) – Deputado Luiz Calixto, geralmente gosto de assumir minhas posições e atitudes. Ainda ontem votei contra a concessão de um título de Cidadão Acreano a um Juiz e votaria de novo se preciso fosse. Sou contra conceder títulos a certas pessoas que não merecem. Eu não sou a favor dessas delicadezas da elite, portanto sinto-me à vontade para não votar no Dr. Rui Duarte, independente do acordo que se faça para votar amanhã ou depois. Se fosse para o Cristóvão, Conselheiro do Tribunal de Justiça, votaria contra também. E estou pensando se voto contra o Malheiros ou não.

Quero dizer que acho legal o entendimento, mas, devo dizer-lhe que quando voto, não o faço por nenhuma conveniência da burguesia e da elite, como vejo aqui nesta Casa. Estou fora deste negócio. Não voto na CCJ, porque não sou da CCJ, mas minha posição, enquanto Deputada, é contrária, mesmo que sempre tenha votado as matérias do Deputado Hélio, e tenha sido favorável as suas propostas e Projetos de Lei.

Deputado LUIZ CALIXTO (Líder do PDT) – Deputada, respeito a sua posição. Mas, no histórico do Dr. Rui Duarte não há nada que desabone a sua conduta e é uma pessoa que fez opção de morar no Estado do Acre, há muitos anos. Todos nós, civilizados que somos, sabemos que o advogado não escolhe os seus clientes, ele não tem essa prerrogativa. O Dr. Márcio Thomas Bastos, Ministro da Justiça, já atuou

como advogado de pessoas que cometem crimes horrendos, da mesma forma que atuou em casos que tinham grande apelo popular, como o caso Chico Mendes.

Então, que separemos essa concessão, no sentido de premiar aquelas pessoas que escolheram o Acre como o seu lugar para morar. Pessoalmente desconheço e acho que não existe algo que desabone a conduta do Dr. Rui Duarte. Quanto ao fato de ter sido advogado de alguns membros do Esquadrão, qual é o problema? Ele foi advogado dos petistas e dos liberais que estavam presos lá na Delegacia. No caso da eleição em Boca do Acre, o advogado foi ele.

(Sem revisão do orador)

Deputado HÉLIO LOPES (BLT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, existem algumas coisas aqui no Parlamento que nos deixam sem entender como é que funcionam os lados que se posicionam nesta Casa: um chamado, Situação; outro, Oposição.

Comecei o meu mandato usando palavras fortes nesta tribuna, e paguei caro por isso. Mas há momentos, em que não dá para engolir certas coisas. Eu lembro Deputado Edvaldo que V. Exa. num esforço dobrado, porque perdeu numa primeira instância, reapresentou o Projeto de Lei que concedia ao Presidente do IMAC, Sr. Edgar de Deus, o título de Cidadão Acreano. Naquele momento Senhor Presidente, os Deputados de Oposição desta Casa, conclamavam os Deputados aliados ao Governo que tivessem coragem, a instaurar uma CPI para que provássemos que havia ilegalidade dentro do IMAC. Mas mesmo assim, Deputado Edvaldo, V. Ex^a teve êxito na aprovação do Título de Cidadão Acreano ao Edgar de Deus; mesmo sem nos dar a oportunidade de provar para o povo acreano que a Oposição tinha razão, quando queria falar a todos, das falcatruas realizadas pelo Sr. Edgar de Deus dentro do IMAC. Essa Casa votou um Projeto instituindo o título de Cidadão Acreano a esse cidadão, contrariando o meu voto, pois acho que ele não merece, ao contrário do Dr. Rui Duarte.

Deputado Edvaldo, me permita citar o seu nome, tenho liberdade, diante da grande amizade que temos. É aí que vem à lembrança, a preocupação daqueles que dizem pelas ruas e esquinas, principalmente quando estamos em época de campanha política em nosso Estado, que o Governo do PT é um Governo que nunca consegue tirar o ódio do coração. Só pode ser. Será que o Governador do Estado teria coragem de assinar um Projeto de Lei tornando Cidadão Acreano àquele que cassou os seus direitos políticos? Mas, se cassou, ele estava ganhando para isso. Ele era o advogado contratado e estava ali exercendo o seu direito de defender um grupo pelo qual ele foi contratado. Eu não estou dizendo que é isso, mas parece que é. Senão, qual seria o problema em homenagear o Dr. Rui Duarte como Cidadão Acreano? Um cidadão que tem 25 anos de bons serviços prestados em nosso Estado, e nunca desonrou nenhuma família. Quero até exemplificar que V. Ex^a não tem razões para negar esse título ao Dr. Roberto ou ao Deputado Sérgio Oliveira, que sofreu barbaridades por conta do problema dos marajás e que, hoje, votaria sim, a favor do Dr. Rui Duarte, porque entende que não há problema nisso.

Lembro que ontem nós tivemos uma discussão quando o Deputado Juarez Leitão apresentou um Projeto homenageando o Líder Chico Mendes, e ficou mais ou menos acordado que esse tipo de homenagem é um ato pessoal do Parlamentar. Estou, portanto, entregando um título de Cidadão Acreano ao Dr. Rui Duarte, porque entendo que ele merece. Entendo que ele prestou relevantes serviços a este Estado. E a vida do advogado é essa, em certo momento, defende o Diabo e em outro defende Deus. Ele ganha para isso e se formou para isso.

Então me permita com todo respeito, Deputado Edvaldo Magalhães, retirar esse Projeto, porque eu entendo que o Senhor é um homem sensível, com certeza, no ano que vem o Senhor irá repensar e quem sabe fazer o mesmo esforço que fez, para que o Edgar e o Sérgio Nakamura fossem homenageados com o título de Cidadão Acreano.

(Sem revisão do orador)

Deputado EDVALDO MAGALHÃES (Líder do Governo) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, não vou usar o meu tempo todo, porque não gostaria de estar fazendo este debate. No meu Parecer eu não quis entrar no mérito de questão. Quem o leu viu que ele foi feito sem delongas.

Agora, o Deputado vem aqui para aprofundar no assunto, então vamos ter que fazê-lo, apesar de achar que o bom senso que não o fazemos.

Quero dizer que o Governo na pessoa do Governador Jorge Viana, não tem tempo para discutir se vai ou não haver entrega de Título de Cidadão Acreano para o Dr. Rui Duarte! Citar o nome do Governador é brincadeira Deputado! Não faça isso!

O relatório é de minha autoria e eu não votei a favor de torturador da ditadura. Eu não estou discutindo se o advogado é competente ou não; é que ele é um torturador da ditadura, e eu, como membro do Partido comunista do Brasil, que lutou contra esse regime, não posso concordar com isso.

Nos arquivos do Código do Rio Grande do Sul, consta o nome de Rui Duarte, portanto, quem é ele? O que fazia antes de vir para o Acre? Essa é a minha motivação para querer ir mais a fundo nesta questão, e dizer que não é correto atribuir a responsabilidade do meu Parecer ao Governo, pois o Governador Jorge Viana, nem tinha conhecimento, do fato de que alguém propôs o Título de Cidadão Acreano para o Dr. Rui Duarte. O correto seria excluir lá atrás essa intenção que certamente iria causar polêmica o que evitaria celeumas hoje.

Deputado Hélio Lopes, ninguém queria dar um Parecer sobre esse Título, agora tive que me expor e falar que os membros da Comissão de Constituição e Justiça, da qual fui Presidente não se sentiam à vontade para isso. E agora, acabei de revelar os motivos para que fique registrado nos Anais desta Casa, já que V. Ex^a entrou no mérito da questão o que eu não queria fazer. Era esse o meu registro.

(Sem revisão do orador)

Encerrada a discussão.

O Senhor Presidente (**SÉRGIO OLIVEIRA**) – Colocamos em votação o pedido do Deputado Nogueira Lima de retirada da Matéria de sua autoria.

Deputado LUIZ CALIXTO (Líder do PDT – EM QUESTÃO DE ORDEM) – Segundo o Regimento, quando o autor da Matéria espontaneamente retira a proposição da votação, não há necessidade de submeter esta decisão à votação.

O Senhor Presidente (**SÉRGIO OLIVEIRA**) – Com base na assessoria da Mesa, o pedido do Deputado Nogueira Lima tem que ser apreciado, visto que a Matéria já tinha recebido Parecer.

Deputada NALUH GOUVEIA (PT – EM QUESTÃO DE ORDEM) – Eu sou contra também a retirada da Matéria, porque a minha votação não depende da retirada.

Deputado JOSÉ LUIS (Líder do BSC – EM QUESTÃO DE ORDEM) – Senhor Presidente, se o projeto veio para votação é porque ele não é constitucional. Senão, ele teria ficado nas Comissões.

Deputado TARCÍSIO MEDEIROS (Líder do PPS – EM QUESTÃO DE ORDEM) – Senhor Presidente ontem foi retirado o Projeto do Deputado Juarez Leitão a respeito da medalha com o nome do Chico Mendes e o mesmo não voltou para apreciação.

A exemplo deste Projeto do Deputado Nogueira Lima, a Matéria também tinha recebido Parecer. Então, não devemos usar dois pesos e duas medidas.

O Senhor Presidente (**SÉRGIO OLIVEIRA**) – Gostaríamos de esclarecer aos Parlamentares que a Matéria foi retirada da pauta de votação de ontem, mas hoje entrará em votação. Não é o caso agora. A matéria do Deputado Nogueira Lima está sendo retirada e este ano ela não entrará mais em votação.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão Ordinária e convocamos uma Sessão Extraordinária para às 17 horas.

PRESENTES: Deputados JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, RONALD POLANCO, TAUMATURGO LIMA do PT; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA do BPM; DELORGEM CAMPOS, FRANCISCO VIGA, JOSÉ LUIS do BSC; HÉLIO LOPES, NILSON AREAL, ROBERTO FILHO do BLT; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO do PMDB; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA do PSDB; JOSÉ VIEIRA do PFL; JOSÉ BESTENE do PP; LUIZ CALIXTO do PDT; NOGUEIRA LIMA do PSC; TARCÍSIO MEDEIROS do PPS.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura do Parecer exarado a Moção de Aplauso n. 22/2004, de autoria do Deputado Moisés Diniz, o qual manifesta “Moção de Aplauso à Empresa Casa do Seringueiro por seu trabalho de resgate da produção de borracha no Acre”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 66/2004, de autoria do Deputado Hélio Lopes, que “Concede o Título de Cidadão Acreano ao Ilmo. Sr. Roberto Duarte”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 22 votos a favor e 1 contra, da Deputada Naluh Gouveia.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá à Redação Final.

Encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos outra para dois minutos após o término desta.

29ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 10 de dezembro de 2004

Presidência: Deputado HELDER PAIVA

Secretaria: Deputado MOISÉS DINIZ

PRESENTES: Deputados JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, RONALD POLANCO, TAUMATURGO LIMA do PT; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA do BPM; DELORGEM CAMPOS, FRANCISCO VIGA, JOSÉ LUIS do BSC; HÉLIO LOPES, NILSON AREAL, ROBERTO FILHO do BLT; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO do PMDB; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA do PSDB; JOSÉ VIEIRA do PFL; JOSÉ BESTENE do PP; LUIZ CALIXTO do PDT; NOGUEIRA LIMA do PSC; TARCÍSIO MEDEIROS do PPS.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 68/2004, de autoria do Deputado Tarcísio Medeiros, que “Concede o Título de Cidadão Acreano ao Ilmo. Sr. Sílvio Martinello”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá à Redação Final.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, do Parecer exarado à Moção de Aplauso n. 27/2004, de autoria do Deputado Edvaldo Magalhães, o qual manifesta “Moção de Aplauso ao Educandário do Município de Cruzeiro do Sul”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos outra para dois minutos após o término desta.

30ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 10 de dezembro de 2004

Presidência: Deputado HELDER PAIVA

Secretaria: Deputado MOISÉS DINIZ

PRESENTES: Deputados JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, RONALD POLANCO, TAUMATURGO LIMA do PT; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA do BPM; DELORGEM CAMPOS, FRANCISCO VIGA, JOSÉ LUIS do BSC; HÉLIO LOPES, NILSON AREAL, ROBERTO FILHO do BLT; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO do PMDB; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA do PSDB; JOSÉ VIEIRA do PFL; JOSÉ BESTENE do PP; LUIZ CALIXTO do PDT; NOGUEIRA LIMA do PSC; TARCÍSIO MEDEIROS do PPS.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Resolução n. 6/2004, de autoria do Deputado Helder Paiva, que “Adite-se inciso XII e XIII ao § 1º do art. 24 da Resolução 86/90 – Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Acre e dá outras providências”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 56/2004, de autoria do Deputado Juarez Leitão, que “Cria o Medalhão de Mérito Ambientalista Chico Mendes”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 21 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá à Redação Final.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos outra para dois minutos após o término desta.

31ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 10 de dezembro de 2004

Presidência: Deputado HELDER PAIVA

Secretaria: Deputado MOISÉS DINIZ

PRESENTES: Deputados JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, RONALD POLANCO, TAUMATURGO LIMA do PT; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA do BPM; DELORGEM CAMPOS, FRANCISCO VIGA, JOSÉ LUIS do BSC; HÉLIO LOPES, NILSON AREAL, ROBERTO FILHO do BLT; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO do PMDB; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA do PSDB; JOSÉ VIEIRA do PFL; JOSÉ BESTENE do PP; LUIZ CALIXTO do PDT; NOGUEIRA LIMA do PSC; TARCÍSIO MEDEIROS do PPS.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 20/2004, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, que “Prioriza Atendimento à Mulher Trabalhadora Rural nos Hospitais da Rede Pública de Saúde do Acre e dá outras providências”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, os Senhores Deputados que concordarem com o Parecer fiquem sentados. Os que discordarem fiquem de pé. Aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá à Redação Final.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 69/2004, de autoria do Deputado José Luis, que “Concede o Título de Cidadão Acreano ao Exmo. Sr. Dr. Antônio Fernandes Jorge R. Carvalho Malheiros, digníssimo Conselheiro Presidente do Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Acre”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 22 votos a favor e 1 contra, da Deputada Naluh Gouveia.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá à Redação Final.

Encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos outra para dois minutos após o término desta.

32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 10 de dezembro de 2004

Presidência: Deputado **HELDER PAIVA**

Secretaria: Deputado **MOISÉS DINIZ**

PRESENTES: Deputados JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, RONALD POLANCO, TAUMATURGO LIMA do PT; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA do BPM; DELORGEM CAMPOS, FRANCISCO VIGA, JOSÉ LUIS do BSC; HÉLIO LOPES, NILSON AREAL, ROBERTO FILHO do BLT; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO do PMDB; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA do PSDB; JOSÉ VIEIRA do PFL; JOSÉ BESTENE do PP; LUIZ CALIXTO do PDT; NOGUEIRA LIMA do PSC; TARCÍSIO MEDEIROS do PPS.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 70/2004, de autoria do Deputado Edvaldo Magalhães, que “Considera de Utilidade Pública a Sociedade Civil das Obras Educativas e Sociais das Irmãs Dominicanas de Santa Maria Madalena do Brasil”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá à Redação Final.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos outra para dois minutos após o término desta.

33ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 10 de dezembro de 2004

Presidência: Deputado **HELDER PAIVA**

Secretaria: Deputado **MOISÉS DINIZ**

PRESENTES: Deputados JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, RONALD POLANCO, TAUMATURGO LIMA do PT; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA do BPM; DELORGEM CAMPOS, FRANCISCO VIGA, JOSÉ LUIS do BSC; HÉLIO LOPES, NILSON AREAL, ROBERTO FILHO do BLT; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO do PMDB; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA do PSDB; JOSÉ VIEIRA do PFL; JOSÉ BESTENE do PP; LUIZ CALIXTO do PDT; NOGUEIRA LIMA do PSC; TARCÍSIO MEDEIROS do PPS.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 73/2004, de autoria do Poder Executivo, que “Cria o Conselho Estadual da Juventude do Acre – CEJAC e dispõe sobre a Conferência Estadual da Juventude”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá à Redação Final.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos outra para dois minutos após o término desta.

34ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 10 de dezembro de 2004

Presidência: Deputado **HELDER PAIVA**

Secretaria: Deputado **MOISÉS DINIZ**

PRESENTES: Deputados JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, RONALD POLANCO, TAUMATURGO LIMA do PT; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA do BPM; DELORGEM CAMPOS, FRANCISCO VIGA, JOSÉ LUIS do BSC; HÉLIO LOPES, NILSON AREAL, ROBERTO FILHO do BLT; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO do PMDB; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA do PSDB; JOSÉ VIEIRA do PFL; JOSÉ BESTENE do PP; LUIZ CALIXTO do PDT; NOGUEIRA LIMA do PSC; TARCÍSIO MEDEIROS do PPS.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 21/2004, de autoria do Poder Judiciário, que “Dispõe sobre a alienação de bens móveis pela modalidade leilão e dá outras providências”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 43/2004, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, que “Concede o Título de Cidadão Acreana à Ilustríssima Senhora Mara Regina Aparecida Vidal e dá outras providências”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos outra para dois minutos após o término desta.

35ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 10 de dezembro de 2004

Presidência: Deputado **HELDER PAIVA**

Secretaria: Deputado **MOISÉS DINIZ**

PRESENTES: Deputados JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, RONALD POLANCO, TAUMATURGO LIMA do PT; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA do BPM; DELORGEM CAMPOS, FRANCISCO VIGA, JOSÉ LUIS do BSC; HÉLIO LOPES, NILSON AREAL, ROBERTO FILHO do BLT; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO do PMDB; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA do PSDB; JOSÉ VIEIRA do PFL; JOSÉ BESTENE do PP; LUIZ CALIXTO do PDT; NOGUEIRA LIMA do PSC; TARCÍSIO MEDEIROS do PPS.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 42/2004, de autoria do Deputado Tarcísio Medeiros, que “Dispõe sobre a redução da emissão de gases poluentes por indústrias instaladas no Estado do Acre e dá outras providências”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 44/2004, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, que “Concede o Título de Cidadão Acreano ao Ilustríssimo Senhor Eduardo Nunes Vieira e dá outras providências”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos outra para dois minutos após o término desta.

36ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 10 de dezembro de 2004

Presidência: Deputado **HELDER PAIVA**

Secretaria: Deputado **MOISÉS DINIZ**

PRESENTES: Deputados JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, RONALD POLANCO, TAUMATURGO LIMA do PT; EDVALDO MAGALHÃES, ELSOM SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA do BPM; DELORGEM CAMPOS, FRANCISCO VIGA, JOSÉ LUIS do BSC; HÉLIO LOPES, NILSON AREAL, ROBERTO FILHO do BLT; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO do PMDB; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA do PSDB; JOSÉ VIEIRA do PFL; JOSÉ BESTENE do PP; LUIZ CALIXTO do PDT; NOGUEIRA LIMA do PSC; TARCÍSIO MEDEIROS do PPS.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 51/2004, de autoria do Deputado Delorgem Campos, que “Institui em todo o território do Estado do Acre a meia-entrada para os portadores de necessidades especiais “deficientes físicos” em estabelecimentos culturais de lazer, e dá outras providências”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 46/2004, de autoria do Deputado Elson Santiago, que “Concede o Título de Cidadão Acreano ao Ilustríssimo Senhor João Maia da Silva Filho e dá outras providências”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos outra para dois minutos após o término desta.

37ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 10 de dezembro de 2004

Presidência: Deputado **HELDER PAIVA**

Secretaria: Deputado **MOISÉS DINIZ**

PRESENTES: Deputados JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, RONALD POLANCO, TAUMATURGO LIMA do PT; EDVALDO MAGALHÃES, ELSOM SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA do BPM;

DELORGEM CAMPOS, FRANCISCO VIGA, JOSÉ LUIS do BSC; HÉLIO LOPES, NILSON AREAL, ROBERTO FILHO do BLT; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO do PMDB; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA do PSDB; JOSÉ VIEIRA do PFL; JOSÉ BESTENE do PP; LUIZ CALIXTO do PDT; NOGUEIRA LIMA do PSC; TARCÍSIO MEDEIROS do PPS.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 52/2004, de autoria do Deputado José Luis, que “Concede Título de Cidadão Acreano ao Excelentíssimo Senhor Pedro Ranzi, Digníssimo Juiz de Direito da Comarca de Rio Branco”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 22 votos a favor e 1 contra, da Deputada Naluh Gouveia.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 53/2004, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, que “Assegura aos professores da rede estadual de ensino que tenham cumprido o tempo mínimo de exercício no magistério para fins de aposentadoria a opção de exercer atividades fora da sala de aula, e dá outras providências”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos outra para dois minutos após o término desta.

38ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 10 de dezembro de 2004

Presidência: Deputado **HELDER PAIVA**

Secretaria: Deputado **MOISÉS DINIZ**

PRESENTES: Deputados JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, RONALD POLANCO, TAUMATURGO LIMA do PT; EDVALDO MAGALHÃES, ELSOM SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA do BPM; DELORGEM CAMPOS, FRANCISCO VIGA, JOSÉ LUIS do BSC; HÉLIO LOPES, NILSON AREAL, ROBERTO FILHO do BLT; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO do PMDB; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA do PSDB; JOSÉ VIEIRA do PFL; JOSÉ BESTENE do PP; LUIZ CALIXTO do PDT; NOGUEIRA LIMA do PSC; TARCÍSIO MEDEIROS do PPS.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 55/2004, de autoria do Deputado Juares Leitão, que “Dispõe sobre a alfabetização de operários que trabalhem em obras públicas estaduais”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 54/2004, de autoria do Deputado Edvaldo Magalhães, que “Concede Título de Cidadão Acreano ao Bispo Dom Henrique Ruth”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

Encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos outra para dois minutos após o término desta.

39ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 10 de dezembro de 2004

Presidência: Deputado HELDER PAIVA

Secretaria: Deputado MOISÉS DINIZ

PRESENTES: Deputados JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, RONALD POLANCO, TAUMATURGO LIMA do PT; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA do BPM; DELORGEM CAMPOS, FRANCISCO VIGA, JOSÉ LUIS do BSC; HÉLIO LOPES, NILSON AREAL, ROBERTO FILHO do BLT; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO do PMDB; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA do PSDB; JOSÉ VIEIRA do PFL; JOSÉ BESTENE do PP; LUIZ CALIXTO do PDT; NOGUEIRA LIMA do PSC; TARCÍSIO MEDEIROS do PPS.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 58/2004, de autoria do Deputado Edvaldo Magalhães, que “Concede o Título de Cidadão Acreano ao Sr. Marcos Vinícius Simplício das Neves”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (HELDER PAIVA) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 57/2004, de autoria do Deputado Tarcísio Medeiros, que “Concede o Título de Cidadã Acreana à Ilustríssima Senhora Ana Shirley Coelho de Ávila”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (HELDER PAIVA) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

Encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos outra para dois minutos após o término desta.

40ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 10 de dezembro de 2004

Presidência: Deputado HELDER PAIVA

Secretaria: Deputado MOISÉS DINIZ

PRESENTES: Deputados JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, RONALD POLANCO, TAUMATURGO LIMA do PT; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA do BPM; DELORGEM CAMPOS, FRANCISCO VIGA, JOSÉ LUIS do BSC; HÉLIO LOPES, NILSON AREAL, ROBERTO FILHO do BLT; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO do PMDB; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA do PSDB; JOSÉ VIEIRA do PFL; JOSÉ BESTENE do PP; LUIZ CALIXTO do PDT; NOGUEIRA LIMA do PSC; TARCÍSIO MEDEIROS do PPS.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 60/2004, de autoria do Deputado Pe. Valmir Figueiredo, que “Concede o Título de Cidadão Acreano ao Ilmo. Sr. Antônio Santana de Souza”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (HELDER PAIVA) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 59/2004, de autoria do Deputado

Pe. Valmir Figueiredo, que “Concede o Título de Cidadão Acreano ao Reverendíssimo Dom Luís Herbst”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (HELDER PAIVA) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos outra para dois minutos após o término desta.

41ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 10 de dezembro de 2004

Presidência: Deputado HELDER PAIVA

Secretaria: Deputado MOISÉS DINIZ

PRESENTES: Deputados JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, RONALD POLANCO, TAUMATURGO LIMA do PT; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA do BPM; DELORGEM CAMPOS, FRANCISCO VIGA, JOSÉ LUIS do BSC; HÉLIO LOPES, NILSON AREAL, ROBERTO FILHO do BLT; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO do PMDB; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA do PSDB; JOSÉ VIEIRA do PFL; JOSÉ BESTENE do PP; LUIZ CALIXTO do PDT; NOGUEIRA LIMA do PSC; TARCÍSIO MEDEIROS do PPS.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 62/2004, de autoria do Deputado Moisés Diniz, que “Concede o Título de Cidadã Acreana à Irmã Nelda Luiza Mohlete”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (HELDER PAIVA) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 61/2004, de autoria do Deputado Elson Santiago, que “Concede o Título de Cidadã Acreana à Sra. Zilá Félix de Melo e dá outras providências”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (HELDER PAIVA) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos outra para dois minutos após o término desta.

42ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 10 de dezembro de 2004

Presidência: Deputado HELDER PAIVA

Secretaria: Deputado MOISÉS DINIZ

PRESENTES: Deputados JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, RONALD POLANCO, TAUMATURGO LIMA do PT; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA do BPM; DELORGEM CAMPOS, FRANCISCO VIGA, JOSÉ LUIS do BSC; HÉLIO LOPES, NILSON AREAL, ROBERTO FILHO do BLT; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO do PMDB; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA do PSDB; JOSÉ VIEIRA do PFL; JOSÉ BESTENE do PP; LUIZ CALIXTO do PDT; NOGUEIRA LIMA do PSC; TARCÍSIO MEDEIROS do PPS.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 64/2004, de autoria do Deputado Moisés Diniz, que “Concede o Título de Cidadão Acreano ao Sr. Sérgio Yoshio Nakamura”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, os Senhores Deputados que concordarem com o Parecer, fiquem sentados. Os que discordarem, fiquem de pé. Aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 63/2004, de autoria do Deputado Moisés Diniz, que “Proíbe o corte residencial do fornecimento de água e energia elétrica pelas concessionárias por falta de pagamento, nos dias que especifica e adota outras providências”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, os Senhores Deputados que concordarem com o Parecer, fiquem sentados. Os que discordarem, fiquem de pé.

Aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos outra para dois minutos após o término desta.

43ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 10 de dezembro de 2004

Presidência: Deputado **HELDER PAIVA**

Secretaria: Deputado **MOISÉS DINIZ**

PRESENTES: Deputados JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, RONALD POLANCO, TAUMATURGO LIMA do PT; EDVALDO MAGALHÃES, ELSO SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA do BPM; DELORGEM CAMPOS, FRANCISCO VIGA, JOSÉ LUIS do BSC; HÉLIO LOPES, NILSON AREAL, ROBERTO FILHO do BLT; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO do PMDB; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA do PSDB; JOSÉ VIEIRA do PFL; JOSÉ BESTENE do PP; LUIZ CALIXTO do PDT; NOGUEIRA LIMA do PSC; TARCÍSIO MEDEIROS do PPS.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 67/2004, de autoria do Deputado Chagas Romão, que “Concede o Título de Cidadão Acreano ao Sr. Hermínio da Silveira”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá à Redação Final.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos outra para dois minutos após o término desta.

44ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 10 de dezembro de 2004

Presidência: Deputado **HELDER PAIVA**

Secretaria: Deputado **MOISÉS DINIZ**

PRESENTES: Deputados JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, RONALD POLANCO, TAUMATURGO LIMA do PT; EDVALDO MAGALHÃES, ELSO SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA do BPM; DELORGEM CAMPOS, FRANCISCO VIGA, JOSÉ LUIS do BSC; HÉLIO LOPES, NILSON AREAL, ROBERTO FILHO do BLT; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO do PMDB; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA do PSDB; JOSÉ VIEIRA do PFL; JOSÉ BESTENE do PP; LUIZ CALIXTO do PDT; NOGUEIRA LIMA do PSC; TARCÍSIO MEDEIROS do PPS.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, da Proposta de Emenda Constitucional n. 1/2004, de autoria do Poder Executivo, que “Altera dispositivos da Constituição do Estado”.

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT – EM QUESTÃO DE ORDEM) – Senhor Presidente, como trata-se da votação de uma Emenda Constitucional e a mesma tem que ser nominal, gostaria que V. Exa. dispensasse a chamada para verificação de quorum.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Acatamos a Questão de Ordem do Deputado Luiz Calixto e solicitamos ao Senhor Secretário proceder a chamada para votação.

A seguir o Senhor Secretário procedeu à chamada na seguinte ordem:

Partido dos Trabalhadores – PT

Deputados: Juarez Leitão – sim
Naluh Gouveia – sim
Pe. Vamir Figueiredo – sim
Ronald Polanco – sim
Taumaturgo Lima – sim

Bloco Popular Mobilizador – BPM

Deputados: Edvaldo Magalhães – sim
Elson Santiago – sim
Moisés Diniz – sim
Sérgio Oliveira – sim

Bloco Socialista Cristão – BSC

Deputados: Delorgem Campos – sim
Francisco Viga – sim
José Luis – sim

Bloco Liberal Trabalhista – BLT

Deputados: Hélio Lopes – sim
Nilson Areal – sim
Roberto Filho – sim

Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB

Deputados: Antonia Sales – sim
Chagas Romão – sim

Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB

Deputados: Luiz Gonzaga – sim
Helder Paiva – sim

Partido da Frente Liberal – PFL

Deputado: José Vieira – sim

Partido Progressista – PP

Deputado: José Bestene – sim

Partido Democrático Trabalhista – PDT

Deputado: Luiz Calixto – sim

Partido Social Cristão – PSC

Deputado: Nogueira Lima – sim

Partido Popular Socialista – PPS

Deputado: Tarcísio Medeiros – sim

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que a Matéria foi aprovada em primeiro turno com 24 votos. Aguardaremos o interstício de duas Sessões, quando voltará para votação em segundo turno.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos outra para dois minutos após o término desta.

45ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 10 de dezembro de 2004

Presidência: Deputado **HELDER PAIVA**

Secretaria: Deputado **MOISÉS DINIZ**

PRESENTES: Deputados JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, RONALD POLANCO, TAUMATURGO LIMA do PT; EDVALDO MAGALHÃES, ELSO SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA do BPM; DELORGEM CAMPOS, FRANCISCO VIGA, JOSÉ LUIS do BSC; HÉLIO LOPES, NILSON AREAL, ROBERTO FILHO do BLT; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO do PMDB; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA do PSDB; JOSÉ VIEIRA do PFL; JOSÉ BESTENE do PP; LUIZ CALIXTO do PDT; NOGUEIRA LIMA do PSC; TARCÍSIO MEDEIROS do PPS.

HELDER PAIVA do **PSDB**; JOSÉ VIEIRA do **PFL**; JOSÉ BESTENE do **PP**; LUIZ CALIXTO do **PDT**; NOGUEIRA LIMA do **PSC**; TARCÍSIO MEDEIROS do **PPS**.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei Complementar n. 10/2004, de autoria do Poder Judiciário, que “Dá nova redação ao art. 144, da Lei Complementar n. 47, de 22.11.1995, e revoga o art. 1º, da Lei Complementar n. 78, de 14.10.1999”.

Em discussão, usaram da palavra:

Deputada NALUH GOUVEIA (PT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada, primeiro eu quero saudar meu marido Jair, que está ali nos assistindo e a ele eu dedico este pronunciamento. Mas Senhor Presidente, eu já tive a oportunidade, inclusive de manifestar minha opinião para quem eu realmente desejava, mas tenho a impressão de que um dia, os estudantes do curso de Direito, nossos filhos, netos ou bisnetos vão querer saber qual foi a nossa posição enquanto Deputados, em relação a esse projeto. Por isso eu acho importante deixar registrado nos anais da Assembléia. Eu vou votar contra um salário de R\$ 17.251,00 para Desembargador, de R\$ 15.526,00 para Juiz de Direito, de Entrância Especial. Para o Juiz de Direito de Segunda Entrância R\$ 13.973,00, Juiz de Direito de Primeira Entrância R\$ 12.576,00, Juiz de Direito Substituto R\$ 11.318,00. Nós estamos pedindo para o Governador Jorge Viana, 24% de reajuste para os servidores, mas até agora nada.

Deputado Delorgem, o Jair está ali, nós estamos pedindo uma gratificação permanente para o Deracre, porque ela já existe, mas nesse período é cortada pela metade. Essa gratificação varia, Deputado Chagas Romão, de R\$ 100,00 a R\$ 600,00. Aqueles Senhores, veteranos como seu Aristeu que colocou o primeiro bueiro de paxiúba, depois de ser explorado, porque exploram o pessoal do Deracre, nesse período tem sua gratificação reduzida. Mas o Governador se reuniu hoje com os magistrados e todos estão assim, felizes, porque ele concedeu o aumento.

Nós professores, Deputada Antônia, só queremos ganhar o que todos os outros servidores ganham aqui no Estado. Assim como os demais servidores, um professor em início de carreira ganha R\$ 1.200,00, mas se aposenta com R\$ 1.800,00, enquanto servidores de outras categorias se aposentam recebendo mais de três mil reais.

Mas os Desembargadores, aquelas Senhoras e Senhores que de tão “cansados” de trabalhar, estão estressados. Eles têm uma produção impressionante, numa avaliação envolvendo todos os desembargadores do Brasil, ficam em 23º lugar.

Esses homens e mulheres estressados por trabalharem demais, vão ganhar R\$ 17.251,00. Mas ainda tem mais: daqui à pouco nós vamos votar, aliás, os demais Deputados, porque eu não vou votar, o aumento do salário do Governador, que vai passar de R\$ 9.000,00 para R\$ 12.000,00 e do Secretário de R\$ 8.000,00 para R\$ 11.000,00. É um festejo o que estamos vendo. É impressionante que enquanto os servidores públicos estão brigando para receber um reajuste de 24%, inclusive a educação dia 14 vai parar juntamente com todos os outros servidores do Estado, pois não recebem nada de reajuste, para os Desembargadores, os Juízes, para o Governador, o Vice-Governador e Secretários, os reajustes já foram concedidos.

Sinceramente, Senhores Deputados, eu não sei aonde nós vamos parar. Eu só quero que minhas filhas, netos, bisnetos, as pessoas que poderão recorrer aos anais da Assembléia, vejam a minha posição. Houve um tempo em que eu pensava que podia mudar o mundo. Hoje, eu acho que tenho que fazer apenas a minha parte, e é o que vou fazer: votar contra, já que vi que o mundo, eu não vou mudar.

Eu achava que quando o PT viesse a assumir o Governo ia ser tudo diferente, mas está tudo como antes. Nada mudou; eu não vou ver essa mudança, portanto, vou fazer apenas a minha parte.

O que é mais impressionante no salário dos Desembargadores é que é para legalizar a situação que o Judiciário já vive, ou seja; eles já recebem esses valores. É incrível que todos os magistrados, que são operadores da lei, operadores do direito, sabiam que não podiam receber a sexta parte, mas recebiam. Não cabe o argumento de que a Assembléia aprovou. Pode ter sido aprovado mil vezes, foi erro nosso e nós temos que assumir, mas sabem que há uma Lei maior. Há hierarquia de Lei! Eles têm uma Lei específica, dizendo o que eles podem e o que não

podem receber. Agora nós temos que consertar esse erro. Temos que rever o salário desses Senhores que trabalham demais, que se esforçam demais, que se dedicam demais e vão ganhar, R\$ 17.251,00. Isso é vergonhoso a relação de final de ano que o Parlamento tem com o Executivo. Mas apesar de vergonhoso, será votado pela Assembléia, por maioria.

Dia quatorze eu vou fazer um cartaz, que é só o que me cabe, e leva-lo para os servidores, ali no “Senadinho”, nosso palco de luta. Antes era na frente do Palácio, mas esse ficou muito chique. Ai nós optamos pelo “Senadinho” nesse cartaz vou colocar o salário do Desembargador, do Juiz, do Governador, do Vice-Governador, dos Secretários e vamos esperar que em março venha o percentual que estamos esperando do Governador.

É isso, Senhor Presidente, que eu acho que ainda podemos fazer nesse momento de final de ano.

(Sem revisão do orador)

Deputado EDVALDO MAGALHÃES (Líder do Governo) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas Antonia Sales e Naluh Gouveia, eu, na semana passada, assisti novamente ao filme Amistad, o qual assisto de vez em quando, ele retrata a história de um navio negreiro que se perde e aí há um embate de Justiça para decidir como libertar os negros. No filme, a única forma jurídica de libertar aqueles negros é conseguir contar a história deles para saber de onde eles vinham. Então, a marca do filme é o fato de que quando se quer a verdade, é preciso contar história. Respeitando aqui o encaminhamento contrário da Deputada Naluh Gouveia, quero dizer que é preciso aqui contar história, é preciso trazer o tema abordado em Amistad para esse debate.

Os vinte e quatro Deputados aqui, votaram um salário de R\$ 17.300,00 para os Desembargadores no ano passado. O Deputado José Luis votou assim como os Deputados Luiz Calixto, Hélio Lopes, Naluh Gouveia, ou seja, todos nós. A votação foi fruto da greve dos Juízes. De acordo com a legislação deles nós dissemos que eles tinham direito, equivocadamente, inclusive, ao anuênio e que eles poderiam acumular a sexta parte. Nós votamos isso aqui há um ano e por uma ação direta de constitucionalidade dessa Matéria, onde inclusive, a Assembléia é citada. Agora o Ministério Público e o Tribunal de Justiça trazem uma nova Matéria para dar legalidade a uma situação que eles vivem. É verdade! Portanto, nós estamos aqui votando, dando transparência a algo que já acontece na vida real, nós não estamos aumentando o salário de Desembargador. Não estamos dando um único real a mais votando essa Matéria para os Senhores Desembargadores. Aliás, nós estamos aqui dando um reajuste para os Juízes substitutos e não existe, hoje, nenhum Juiz lotado neste cargo, já que todos ocupam cargos na Primeira Estância.

A Deputada Naluh Gouveia falou muito bem de que é preciso fazer um registro nos Anais da Casa. É verdade. Eu vim contar a história para ficar registrado. O Pablo também pode vir aqui fazer aquela pesquisa e eu não vou me envergonhar do meu voto.

Nós estamos tendo a oportunidade, a qual nunca se teve, de dar transparência aos salários de Desembargadores. Agora, quando votarmos, teremos ciência de quanto é realmente e de como é composto o salário dos Desembargadores, dos Juízes, Procuradores e Promotores.

Faço uma observação com relação ao salário do Governador, Deputada Naluh Gouveia. Quando V. Exª. define o salário dos Desembargadores pela Lei 62, automaticamente o teto do Estado é o salário dos Desembargadores, uma Lei que nós votamos aqui. Porém, o Governador não aceitou ter o seu salário igual ao teto, como a Lei prevê. Nós iremos votar aqui os salários do Governador, do vice-Governador e dos Secretários, não porque é final de ano, mas porque a Lei estabelece que esse Poder todo ano tem que votar e definir esses salários. Nós estamos fazendo isso todos os anos. Essa é uma obrigação deste Poder.

Hoje, fui discutir esse assunto com o Governador, Deputada, e ele não aceitou aquilo que seria seu direito, 100% de salário equivalente. O Governador falou que não, que a proposta é 75% do teto máximo do Estado. Sabe quanto ganha o Prefeito da Capital? R\$ 14.000,00. E os Vereadores aprovaram esse montante. O Prefeito percebia R\$ 12.000,00 e o Governador R\$ 9.000,00. Agora o Prefeito passará a receber R\$ 14.000,00 e o Governador 75% do salário de um Desembargador. Portanto, nada que nos envergonhe no futuro, porque o que nós estamos fazendo aqui é dar, digamos, mais transparência a

essa questão, embora sejam altos os salários dos Juízes, Desembargadores, Promotores e Procuradores de Justiça.

Encaminho, então, neste sentido, o voto favorável à Matéria.
(Sem revisão do orador)

Está encerrada a discussão

Em votação, foi aprovado por 22 votos a favor e um contra, da Deputada Nalu Gouveia.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá à Redação Final.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos outra para cinco minutos após o término desta.

46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 10 de dezembro de 2004

Presidência: Deputado HELDER PAIVA

Secretaria: Deputado MOISÉS DINIZ

PRESENTES: Deputados JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, RONALD POLANCO, TAUMATURGO LIMA do PT; EDVALDO MAGALHÃES, ELSÓN SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA do BPM; DELORGEM CAMPOS, FRANCISCO VIGA, JOSÉ LUIS do BSC; HÉLIO LOPEZ, NILSON AREAL, ROBERTO FILHO do BLT; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO do PMDB; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA do PSDB; JOSÉ VIEIRA do PFL; JOSÉ BESTENE do PP; LUIZ CALIXTO do PDT; NOGUEIRA LIMA do PSC; TARCÍSIO MEDEIROS do PPS.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 9/2004, de autoria do Ministério Público Estadual, que “Acresce e modifica dispositivos da Lei Complementar Estadual n. 8, de 18 de julho de 1983 e dá outras providências”.

Em discussão, usou da palavra:

Deputada **NALUH GOUVEIA** (PT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, hoje, mesmo votando contra, nos cabe uma ressalva.

Atualmente, nós temos um Ministério valente, portanto, acho importante colocar que possuímos bons Desembargadores, apesar de existirem alguns que realmente não trabalham o tanto que deveriam para fazer jus aos seus salários.

Os Desembargadores Sammy, Danilo e Álvaro são exemplos de pessoas combatentes, guerrilheiros. Mas a ressalva é feita em cima da nossa incompetência, Deputado Edvaldo Magalhães. Incompetência da Assembléia Legislativa quando aprovamos uma lei pautada no oportunismo de alguns que conheciam a Lei, que diz o que eles podem ou não ganhar.

Sabe o que é que choca, Deputado Bestene, é que são esses operadores da lei que estão sentenciados, mas que estavam na ilegalidade, aproveitando a incompetência da Assembléia que votou o que não era para ter sido votado. Eles conhecem, inclusive, a hierarquia das leis, mas mesmo assim estavam ganhando na ilegalidade. O anuênio já tinha acabado para nós servidores há mais de cinco anos, mas o Tribunal de Justiça estava recebendo. No Tribunal de Justiça até hoje os inativos não pagam a Previdência.

Eu gostaria também de deixar registrado para a Mariana e para a Inara a incompetência da Assembléia, aprovando esta Lei, assim como o oportunismo dos operadores do Direito que se aproveitaram disso, mesmo sabendo da hierarquia das Leis.

(Sem revisão do orador)

Deputado **EDVALDO MAGALHÃES** (Líder do Governo – EM QUESTÃO DE ORDEM) – Senhor Presidente, irei apenas encaminhar o meu voto favorável ao Projeto.

Está encerrada a discussão.

Em votação, os Senhores Deputados que concordarem com o Projeto, fiquem sentados. Os que discordarem, fiquem de pé. Aprovado por 22 votos a favor e 1 contra, da Deputada Nalu Gouveia.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá à Redação Final.

Encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos outra para cinco minutos após o término desta.

47ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 10 de dezembro de 2004

Presidência: Deputado HELDER PAIVA

Secretaria: Deputado MOISÉS DINIZ

PRESENTES: Deputados JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, RONALD POLANCO, TAUMATURGO LIMA do PT; EDVALDO MAGALHÃES, ELSÓN SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA do BPM; DELORGEM CAMPOS, FRANCISCO VIGA, JOSÉ LUIS do BSC; HÉLIO LOPEZ, NILSON AREAL, ROBERTO FILHO do BLT; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO do PMDB; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA do PSDB; JOSÉ VIEIRA do PFL; JOSÉ BESTENE do PP; LUIZ CALIXTO do PDT; NOGUEIRA LIMA do PSC; TARCÍSIO MEDEIROS do PPS.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em segunda discussão e segunda votação, do Parecer exarado ao Proposta de Emenda Constitucional n. 1/2004, de autoria do Poder Executivo, que “Altera dispositivos da Constituição do Estado”.

Em discussão, não houve oradores.

A seguir o Senhor Secretário procedeu à chamada para votação, na seguinte ordem:

Partido dos Trabalhadores – PT

Deputados: Juarez Leitão – com a relatora
Nalu Gouveia – com a relatora
Pe. Vamir Figueiredo – com a relatora
Ronald Polanco – com a relatora
Taumaturgo Lima – com a relatora

Bloco Popular Mobilizador – BPM

Deputados: Edvaldo Magalhães – com a relatora
Elson Santiago – com a relatora
Moisés Diniz – com a relatora
Sérgio Oliveira – com a relatora

Bloco Socialista Cristão – BSC

Deputados: Delorgem Campos – com a relatora
Francisco Viga – com a relatora
José Luis – com a relatora

Bloco Liberal Trabalhista – BLT

Deputados: Hélio Lopes – com a relatora
Nilson Areal – com a relatora
Roberto Filho – com a relatora

Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB

Deputados: Antonia Sales – com a relatora
Chagas Romão – com a relatora

Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB

Deputados: Luiz Gonzaga – com a relatora
Helder Paiva – com a relatora

Partido da Frente Liberal - PFL

Deputado: José Vieira – com a relatora

Partido Progressista – PP

Deputado: José Bestene – com a relatora

Partido Democrático Trabalhista – PDT

Deputado: Luiz Calixto – com a relatora

Partido Social Cristão – PSC

Deputado: Nogueira Lima – com a relatora

Partido Popular Socialista – PPS

Deputado: Tarcísio Medeiros – com a relatora

Aprovado por 24 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos outra para cinco minutos após o término desta.

48ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 10 de dezembro de 2004

Presidência: Deputado HELDER PAIVA

Secretaria: Deputado MOISES DINIZ

PRESENTES: Deputados JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, RONALD POLANCO, TAUMATURGO LIMA do PT; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA do BPM; DELORGEM CAMPOS, FRANCISCO VIGA, JOSÉ LUIS do BSC; HÉLIO LOPES, NILSON AREAL, ROBERTO FILHO do BLT; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO do PMDB; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA do PSDB; JOSÉ VIEIRA do PFL; JOSÉ BESTENE do PP; LUIZ CALIXTO do PDT; NOGUEIRA LIMA do PSC; TARCÍSIO MEDEIROS do PPS.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei Complementar n.8/2004, de autoria do Poder Executivo, que “Dá nova redação ao art. 5º da Lei complementar n. 96, de 24 de julho de 2001”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá à Redação Final.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos outra para cinco minutos após o término desta.

49ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 10 de dezembro de 2004

Presidência: Deputado HELDER PAIVA

Secretaria: Deputado MOISÉS DINIZ

PRESENTES: Deputados JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, RONALD POLANCO, TAUMATURGO LIMA do PT; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA do BPM; DELORGEM CAMPOS, FRANCISCO VIGA, JOSÉ LUIS do BSC; HÉLIO LOPES, NILSON AREAL, ROBERTO FILHO do BLT; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO do PMDB; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA do PSDB; JOSÉ VIEIRA do PFL; JOSÉ BESTENE do PP; LUIZ CALIXTO do PDT; NOGUEIRA LIMA do PSC; TARCÍSIO MEDEIROS do PPS.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei Complementar N. 07/2004, de autoria do Poder Executivo, que “Altera dispositivos da Lei Complementar n. 67, de 29 de junho de 1999, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais de Ensino Público Estadual”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá à Redação Final.

Encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos outra para cinco minutos após o término desta.

50ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 10 de dezembro de 2004

Presidência: Deputado HELDER PAIVA

Secretaria: Deputado MOISÉS DINIZ

PRESENTES: Deputados JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, RONALD POLANCO, TAUMATURGO LIMA do PT; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA do BPM; DELORGEM CAMPOS, FRANCISCO VIGA, JOSÉ LUIS do BSC; HÉLIO LOPES, NILSON AREAL, ROBERTO FILHO do BLT; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO do PMDB; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA do PSDB; JOSÉ VIEIRA do PFL; JOSÉ BESTENE do PP; LUIZ CALIXTO do PDT; NOGUEIRA LIMA do PSC; TARCÍSIO MEDEIROS do PPS.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei Complementar N. 11/2004, de autoria do Poder Executivo, que “Acrece parágrafo único ao art. 2º da Lei complementar n. 53, de 29 de outubro de 1996”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá à Redação Final.

Encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos outra para cinco minutos após o término desta.

51ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 10 de dezembro de 2004

Presidência: Deputado HELDER PAIVA

Secretaria: Deputado MOISÉS DINIZ

PRESENTES: Deputados JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, RONALD POLANCO, TAUMATURGO LIMA do PT; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA do BPM; DELORGEM CAMPOS, FRANCISCO VIGA, JOSÉ LUIS do BSC; HÉLIO LOPES, NILSON AREAL, ROBERTO FILHO do BLT; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO do PMDB; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA do PSDB; JOSÉ VIEIRA do PFL; JOSÉ BESTENE do PP; LUIZ CALIXTO do PDT; NOGUEIRA LIMA do PSC; TARCÍSIO MEDEIROS do PPS.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 71/2004, de autoria do Poder Executivo, que “Institui a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá à Redação Final.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 79/2004, de autoria da Mesa Diretora, que “Fixa os subsídios do Governador, do Vice-governador e de Secretário de Estado para o exercício de 2005”.

Em discussão, usaram da palavra:

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, sem adentrar aqui nas questões de fundamento jurídico, eu gostaria de orientar o meu voto por uma questão política. É inóportuno, inadequado, quando o conjunto do funcionalismo está desejando uma correção no seu salário e ouve das autoridades do nosso Estado que o mesmo está no limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal. A Assembléia propõe agora que o salário do Governador tenha um acréscimo de R\$ 3.928,00, o que corresponde a 43% do salário atual do Governador.

Acho que não é um bom exemplo, nem boa referência que o salário do Governador, em tempos de crise e de negação de aumento

aos funcionários públicos, seja reajustado em 43%, que é o que representa o valor absoluto de R\$ 3.928,00. Portanto, o meu voto será contra o Projeto de Lei que trata da fixação do subsídio do salário para o Governador do Estado.

(Sem revisão do orador)

Deputado EDVALDO MAGALHÃES (Líder do Governo) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, para uma maior compreensão quero dizer que a única oportunidade que se tem de fixar os salários do Governador, Vice-Governador e Secretários é agora, porque assim diz a Lei. Essa é uma obrigação da Assembléia a quem cabe a iniciativa, e não ao Governo.

O voto anterior dado pelo Deputado Luiz Calixto foi incoerente. Porque ele vai dar um voto contrário agora? A Lei 62 deste Estado, Deputado Luiz Calixto, estabelece que o salário do Desembargador deve ser equivalente ao teto máximo pago pelo Governo. Todos os Decretos Legislativos aprovados por nós aqui e para comprovar é só pegar as cópias, dizem o seguinte: “O Governador perceberá 100% do Parágrafo 1º da Lei 62 que é 100% do teto”.

O teto era nove mil e o que nós estamos propondo é o seguinte: não 100% do teto, mas 75% dele, ou seja, menos que o salário de um Deputado.

O mesmo ocorre com o salário dos Deputados Estaduais em relação ao dos Deputados Federais, nós não escolhemos a data em que vão aumentar o nosso salário, isso é determinado por Brasília. O nosso aumento é resolvido automaticamente e até hoje, ninguém devolveu porque achou inoportuno esse reajuste. Então para que não fique parecendo que agora nós estamos dando um jeitinho de aumentar em 40% o salário, gostaria de fazer um registro: o Prefeito de Rio Branco da atual administração, Deputado Hélio Lopes, recebe R\$ 14.000,00. O salário do Governador sempre foi menor que o salário do Prefeito da Capital. Aliás, a posição do Governo com relação a essa questão do salário é bem clara e eu a conheço; a mesma não é de busca de reajuste, nem outros benefícios. Tratei com o Governador essa Matéria, e ele se recusava a discuti-la com estes termos que estão aqui, portanto, essa é uma iniciativa minha. O Governador nunca pediu aumento de salário, pelo contrário, nunca se negou a garantir os nossos. Tem tido uma postura muito correta com relação a esta questão e todos reconhecem isso. Então eu quero fazer esta defesa, pois não há nada mais justo do que está sendo fixado pelo Projeto de Lei.

(Sem revisão do orador)

Deputado NOGUEIRA LIMA (Líder do PSC) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu não concordo com o Deputado Edvaldo Magalhães, quando diz que estamos votando o que já foi votado anteriormente. Nós estamos votando uma Matéria o que fazemos anualmente. Esse aumento pretendido deveria não ser 75% e sim, 60%, deixando em R\$ 9.000,00, o atual salário do Governador. Ainda houve aumento de salário dos Secretários de Estado e do Vice-Governador. É uma incoerência essa correção. Como já disse a Deputada Nalu Gouveia, por que então não se faz a correção salarial de todo funcionário público do Estado e da Polícia Militar?

Deputado TARCÍSIO MEDEIROS (Líder do PPS – EM APARTE) – Deputado Nogueira Lima, eu concordo com V. Exa. quando diz que nós votamos pela correção salarial do Poder Judiciário e do Ministério Público e que não haveria aumento. Então, por que o salário do Governador não continua o mesmo? Eu acho que o Governador não precisa se preocupar com salários, acho que existem outras maneiras em que ele ganha dinheiro, as quais já denunciamos. Nós vamos fazer um levantamento para ver o quanto vai onerar a folha, porque o Governo do Estado vai ter um aumento salarial de quase quatro mil reais. Um Secretário de Estado vai ganhar mais do que um Deputado Estadual. Eu acho que V. Exa. está corretíssimo quando diz que o salário do Governador deveria continuar sendo R\$ 9.000,00. Eu sei muito bem que essa é uma iniciativa da Mesa Diretora, do Poder Legislativo, mas mesmo assim temos que nos posicionar, e vamos nos posicionar contrários. Se o Prefeito da Capital ganha R\$ 14.000,00, é uma vergonha. Tenho certeza que, com o apoio dos companheiros do PT, de toda essa bancada que foi eleita, isso será reduzido. Não sei se é agora em

janeiro, mas vão ter que fixar o salário do Prefeito, já que isso é uma realidade. Enquanto um governador ganha R\$ 9.000,00, o Prefeito recebe R\$ 14.000,00, porém isso não justifica o aumento de salário do Governador em R\$ 12.000,00 ou 13.000,00.

Deputado NOGUEIRA LIMA (Líder do PSC) – Obrigado, Deputado Tarcísio, Senhores Deputados, todas essas observações vão de encontro ao que estamos vendo na realidade. Então, fica aqui o nosso registro: Nós vamos votar contra. Eu pediria aos companheiros Deputados, que colcassem a mão na consciência e votassem contra esse Projeto.

(Sem revisão do orador)

Deputado HÉLIO LOPES (Líder do BLT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, a título de justificar o meu voto contra o Projeto, gostaria de dizer ao Nobre Deputado Edvaldo Magalhães que sinceramente eu espero que o Prefeito eleito da capital devolva o dinheiro do aumento durante o ano de 2005, já que o mesmo foi aprovado pela Câmara nos últimos dias.

Quero dizer também que não sou contra o aumento do Salário do Governador, a minha preocupação, e também a da bancada de Oposição é com o fato de que votando a favor estaremos gerando uma cadeia de aumentos na folha de pagamento do Estado. Como o Deputado Tarcísio falou, os Secretários, as autarquias ganham 90% do salário do Governador, Deputado Nogueira Lima. Portanto, se fosse só os quase R\$ 4.000,00 de aumento no salário do Governador, tudo bem, ninguém iria discutir, mas o problema é que isso vai alterar a folha de pagamento do Estado, já que o mesmo seria extensivo a outras categorias. Será justo um Secretário de Estado ganhar mais que um Deputado? Sinceramente, acho que não! Então, se fosse só a questão do salário do Governador, confesso ao Líder do Governo, que eu até votaria a favor do Projeto, mas como isso acarretaria uma cadeia de aumentos, e eu acho, Deputado Luiz Calixto, que esse projeto é muito mais uma pegadinha, justamente com esse fim, por esta razão, votarei contra.

(Sem revisão do orador)

Deputada NALUH GOUVEIA (PT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu não iria falar, mas quando ouvi o Deputado Hélio Lopes dizer que a Oposição irá votar contra o Projeto de Lei decidi me manifestar. Quero dizer que não sou Oposição, sou Situação, mas também votarei contra. Serei contrária a todo e qualquer reajuste para Governador, Desembargador ou Juiz, enquanto não derem o reajuste dos servidores públicos do Estado do Acre. Foi feito um acordo com o Governo que prometeu mandar a proposta ainda este ano para ser aprovada e aplicado em março, mas não mandou. Se ainda o fará, com certeza, será necessário um período extraordinário para aprová-la.

Então, eu só quero deixar claro que apesar de ser da Situação e de fazer parte do apoio de sustentação ao governo aqui, não concordo com esse tipo de acordo, pois quando o Governo assume um compromisso com os sindicatos e não cumpre, me dá o direito de não votar favorável a nenhum dos seus Projetos.

O Deputado Edvaldo Magalhães disse que o salário dos magistrados não aumentaria, mas lembro-me que o Dr. Edmar Monteiro, disse que aumentaria consideravelmente, portanto, não votei a favor.

(Sem revisão do orador)

Está encerrada a discussão.

Em votação, foi aprovado com 15 votos a favor e 7 contra, dos Deputados Nogueira Lima, Tarcísio Medeiros, Chagas Romão, Luiz Calixto, Hélio Lopes, Antonia Sales e Nalu Gouveia.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Não tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá à segunda discussão e segunda votação.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos outra para cinco minutos após o término desta.

**52ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DELIBERATIVA
DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA****Realizada em 10 de dezembro de 2004****Presidência: Deputado HELDER PAIVA****Secretaria: Deputado MOISÉS DINIZ**

PRESENTES: Deputados JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, RONALD POLANCO, TAUMATURGO LIMA do PT; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA do BPM; DELORGEM CAMPOS, FRANCISCO VIGA, JOSÉ LUIS do BSC; HÉLIO LOPES, NILSON AREAL, ROBERTO FILHO do BLT; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO do PMDB; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA do PSDB; JOSÉ VIEIRA do PFL; JOSÉ BESTENE do PP; LUIZ CALIXTO do PDT; NOGUEIRA LIMA do PSC; TARCÍSIO MEDEIROS do PPS.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei N. 74/2004, de autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo Estadual a alienar bens móveis inservíveis dos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá à Redação Final.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei N. 72/2004, de autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo a doar a área de terra urbana ao Município de Epitaciolândia”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá Redação Final.

Encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos outra para cinco minutos após o término desta.

**53ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DELIBERATIVA
DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA****Realizada em 10 de dezembro de 2004****Presidência: Deputado HELDER PAIVA****Secretaria: Deputado MOISÉS DINIZ**

PRESENTES: Deputados JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, RONALD POLANCO, TAUMATURGO LIMA do PT; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA do BPM; DELORGEM CAMPOS, FRANCISCO VIGA, JOSÉ LUIS do BSC; HÉLIO LOPES, NILSON AREAL, ROBERTO FILHO do BLT; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO do PMDB; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA do PSDB; JOSÉ VIEIRA do PFL; JOSÉ BESTENE do PP; LUIZ CALIXTO do PDT; NOGUEIRA LIMA do PSC; TARCÍSIO MEDEIROS do PPS.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei N. 75/2004, de autoria do Poder Executivo, que “Altera dispositivo da Lei n. 1.169, de 13 de dezembro de 1995, que transforma o Departamento de Trânsito em autarquia”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, os Senhores Deputados que são favoráveis à Matéria, fiquem sentados. Os que discordarem, fiquem de pé. Aprovado por 17 votos a favor e 5 contra, dos Deputados Nogueira Lima, o Luiz Calixto, Chagas Romão, Hélio Lopes e Antonia Sales.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá à Redação Final.

Encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos outra para cinco minutos após o término desta.

**54ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DELIBERATIVA
DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA****Realizada em 10 de dezembro de 2004****Presidência: Deputado HELDER PAIVA****Secretaria: Deputado MOISÉS DINIZ**

PRESENTES: Deputados JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, RONALD POLANCO, TAUMATURGO LIMA do PT; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA do BPM; DELORGEM CAMPOS, FRANCISCO VIGA, JOSÉ LUIS do BSC; HÉLIO LOPES, NILSON AREAL, ROBERTO FILHO do BLT; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO do PMDB; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA do PSDB; JOSÉ VIEIRA do PFL; JOSÉ BESTENE do PP; LUIZ CALIXTO do PDT; NOGUEIRA LIMA do PSC; TARCÍSIO MEDEIROS do PPS.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei N. 76/2004, de autoria do Poder Executivo, que “Altera dispositivos da Lei n. 1.022, de janeiro de 1992, que institui o Sistema Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia e o Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá à Redação Final.

Encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos outra para cinco minutos após o término desta.

**55ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DELIBERATIVA
DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA****Realizada em 10 de dezembro de 2004****Presidência: Deputado HELDER PAIVA****Secretaria: Deputado MOISÉS DINIZ**

PRESENTES: Deputados JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, RONALD POLANCO, TAUMATURGO LIMA do PT; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA do BPM; DELORGEM CAMPOS, FRANCISCO VIGA, JOSÉ LUIS do BSC; HÉLIO LOPES, NILSON AREAL, ROBERTO FILHO do BLT; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO do PMDB; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA do PSDB; JOSÉ VIEIRA do PFL; JOSÉ BESTENE do PP; LUIZ CALIXTO do PDT; NOGUEIRA LIMA do PSC; TARCÍSIO MEDEIROS do PPS.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei N. 77/2004, de autoria do Poder Executivo, que “Altera e revoga dispositivos da Lei n. 1.500, de 15 de julho de 2003, que instituiu a Política Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Acre, dispõe sobre infrações e penalidades aplicáveis e dá outras providências”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços votos dos membros da Casa, o mesmo irá à Redação Final.

Encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos outra para cinco minutos após o término desta.

**56ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DELIBERATIVA
DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA**

Realizada em 10 de dezembro de 2004

Presidência: Deputado HELDER PAIVA

Secretaria: Deputado DELORGEM CAMPOS

PRESENTES: Deputados JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, RONALD POLANCO, TAUMATURGO LIMA do PT; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA do BPM; DELORGEM CAMPOS, FRANCISCO VIGA, JOSÉ LUIS do BSC; HÉLIO LOPES, NILSON AREAL, ROBERTO FILHO do BLT; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO do PMDB; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA do PSDB; JOSÉ VIEIRA do PFL; JOSÉ BESTENE do PP; LUIZ CALIXTO do PDT; NOGUEIRA LIMA do PSC; TARCÍSIO MEDEIROS do PPS.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei N. 78/2004, de autoria do Poder Executivo, que “Institui a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá à Redação final.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos outra para cinco minutos após o término desta.

**57ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DELIBERATIVA
DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA**

Realizada em 10 de dezembro de 2004

Presidência: Deputado HELDER PAIVA

Secretaria: Deputado DELORGEM CAMPOS

PRESENTES: Deputados JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, RONALD POLANCO, TAUMATURGO LIMA do PT; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA do BPM; DELORGEM CAMPOS, FRANCISCO VIGA, JOSÉ LUIS do BSC; HÉLIO LOPES, NILSON AREAL, ROBERTO FILHO do BLT; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO do PMDB; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA do PSDB; JOSÉ VIEIRA do PFL; JOSÉ BESTENE do PP; LUIZ CALIXTO do PDT; NOGUEIRA LIMA do PSC; TARCÍSIO MEDEIROS do PPS.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em discussão única, do Parecer exarado ao Projeto de Resolução n. 9/2004, de autoria da Mesa Diretora, que “Altera o art. 1º da Resolução n. 84, de 9 de novembro de 2000”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em segunda discussão e segunda votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 79/2004, de autoria da Mesa Diretora, que “Fixa os subsídios do Governador, do Vice-Governador e de Secretário de Estado para o exercício de 2005”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 16 votos a favor e 7 contra, dos Deputados Nogueira Lima, Tarcísio Medeiros, Chagas Romão, Luiz Calixto, Hélio Lopes, Antonia Sales e Naluh Gouveia.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Face o resultado da votação, o referido Projeto irá à Redação Final.

Encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos outra para cinco minutos após o término desta.

**58ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DELIBERATIVA
DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA**

Realizada em 10 de dezembro de 2004

Presidência: Deputado HELDER PAIVA

Secretaria: Deputado DELORGEM CAMPOS

PRESENTES: Deputados JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, RONALD POLANCO, TAUMATURGO LIMA do PT; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA do BPM; DELORGEM CAMPOS, FRANCISCO VIGA, JOSÉ LUIS do BSC; HÉLIO LOPES, NILSON AREAL, ROBERTO FILHO do BLT; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO do PMDB; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA do PSDB; JOSÉ VIEIRA do PFL; JOSÉ BESTENE do PP; LUIZ CALIXTO do PDT; NOGUEIRA LIMA do PSC; TARCÍSIO MEDEIROS do PPS.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 45/2004, de autoria do Poder Executivo, que “Estima a Receita, fixa a Defesa do Estado para o Exercício financeiro de 2005, e dá outras providências”.

Em discussão, usaram da palavra:

Deputada NALUH GOUVEIA (PT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu acho que caiu a máscara do PT, o PT tem uma cara no Poder e outra na Oposição. Eu me sinto à vontade para falar sobre isso, porque durante toda a minha vida tentei ter apenas uma cara. Certo dia, falei para algumas pessoas do PMDB passarem peroba na cara. Hoje, quem deve passar peroba na cara é o PT para aguentar a população.

Em 96/98 o Orleir Cameli, o barão do roubo, ousou propor seis milhões para a Mídia e a Assembléia, subserviente, votou. Nós protestamos e o PT foi para a rua pedir o impeachment do Orleir. Agora essa mesma base de sustentação, subserviente, vota onze milhões. Podem rir companheiros do PFL, do PSDB e do PT. Realmente o PT tem duas caras.

Onze milhões é o que o Governador Jorge Viana, “pop-star”! Celebreidade! Darlene! Está usando para aparecer cada vez mais. Porque ele usa a Mídia para promoção pessoal, colocando os amigos do Poder e do Palácio na frente dos jornais. Assim, os onze milhões serão usados para fazer acordos na calada da noite, para que eu não apareça em determinados canais de televisão.

Fico muito triste, Deputado Pe. Valmir, em saber que o Senhor vai votar num tipo de Orçamento que não dá cidadania ao povo que o Senhor tanto defende. Para a ações de cidadania foram destinados três milhões, mas para a Mídia são onze milhões. Fico triste também Deputada Antonia Sales, por uma Emenda que aumenta a verba do TFD em apenas oitocentos mil não ser aprovado. Neste Poder existe Deputados subservientes que tem duas caras. Portanto não venham com esse papo de seringueiro, com esses papos progressistas, porque na hora de mostrarem que são progressistas, dizem não! Há um cabra autoritário que usa os recursos da Mídia para promoção pessoal. Me desculpe, Deputado, José Vieira, mas o Senhor tem toda razão de questionar a postura do PT.

Aqui muitos falam sobre as dificuldades existentes nos municípios mais longínquos e as dificuldades em particular de cada um deles. A Defensoria não existe na maioria dos municípios. Nós pagamos advogados para fazer o papel da Defensoria, são 700 mil para o orçamento da Defensoria. É vergonhoso!

O PT tem duas caras: uma Oposição é bom demais! E como eu represento a Marina, o Nilson Mourão e o Taboada, eu não estou fazendo nada mais do que ele fizeram.

Eu queria que os Comunistas que diziam “Fora Collor”, “Fora Orleir”, dissessem não ao que está acontecendo. É muito dinheiro para a promoção do Pop Star. E não venham dizer que é para a TV-Educativa, porque o maior investimento destinado à TV-Educativa se deu no ano passado no valor de sete milhões, o que nós aprovamos por unanimidade. Não há justificativa, a não ser um tipo de política errada que nós temos no nosso Estado. É mais fácil ter nossos cargos comissionados, nossos Secretários, é mais cômodo

ligarmos e dizer: "alô Cacá, consegue um carguinho para nós, maninho"? É muito mais fácil do que vir aqui e continuar com a mesma cara.

Estão de parabéns o PFL, o PSDB, esses partidos que eram Situação e o PT pediu uma postura deles. E hoje? A quem eu pedirei uma postura? Ao seringueiro? Ao padre? Ao PT? Para onde vai o desenvolvimento sustentável com 11 milhões para a Mídia?

Nós participamos do Conselho da Criança e do Adolescente e vimos que o Acre é o Estado da Região Norte com maior índice de violência contra a mulher. As ocorrências no final de semana na Delegacia da Mulher chegam a ser maiores que todas as ocorrências nas outras delegacias. Mas o Governador Jorge Viana, o Pop Star, a Darlene do Acre, a nossa celebridade, acha que só seiscientos mil deve ir para a Secretaria da Mulher. Por que ela é um cala boca para as mulheres, ao invés de uma Secretaria que tem que se impor, porque só se impõe quando há Orçamento digno para um trabalho eficaz.

Eu acho gozado o Deputado Edvaldo Magalhães, ele fala daquele jeito que nós já conhecíamos na época de fora Orleir, dizendo que antigamente tinha dinheiro para a Mídia e existia ex-Governador que comprou, inclusive, empresa de televisão. Se isso ocorreu, ninguém ousou em pregar tanto dinheiro para aparecer, ao invés de priorizar as políticas públicas. Olha, Deputado Edvaldo, eu me sinto tão feliz em fazer esse debate e acho que ele deveria ter sido feito lá no meu partido. Havia muito mais coisas para serem colocadas, mas não dá, porque são apenas dez minutos para discutir as Emendas e essa vergonha que será votada. Passem óleo de peroba na cara de vocês e, amanhã, olhem na rua para vocês verem o Orçamento da injustiça, da pouca vergonha, promovido pelo PT de duas caras.

(Sem revisão do orador)

Deputada ANTONIA SALES (Líder do PMDB) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, venho a esta tribuna para manifestar meu descontentamento, meu repúdio, a minha ira, em relação a esse Orçamento. Realmente eu não posso entender, como é que pessoas recusam um pedido para salvar vidas, mas aprovam um Orçamento vergonhoso, para propaganda. Onze milhões investidos em propaganda e muitas dessas propagandas são mentirosas. Não condizem com a verdade.

A TV Aldeia, por exemplo, deveria transmitir os discursos de todos os Deputados, mas eu não vejo isso em Cruzeiro do Sul, Deputado Edvaldo, e se uma ou duas vezes eu apareci na televisão, as pessoas que viram disseram que era na Rede Amazônica de Televisão. Eu jamais dei uma entrevista para a TV Aldeia. Não sei se o Governo do Acre tem algum convênio com a Amazon – SAT. A TV Aldeia só é usada para promover alguma coisa do Governador ou dos seus Secretários, ou talvez de alguém que seja apadrinhado dele, mas nossa não.

Agora o que me dói Deputado Pe. Valmir, V. Ex^a, que é do interior; Deputado Edvaldo e muitos outros Deputados que são de municípios, que vêm o sofrimento do povo, de pessoas que vêm até os Senhores também, pedir uma passagem, pedir um dinheiro, para salvar suas vidas, é saber que existem mulheres Deputada Naluh, morrendo com câncer, porque a passagem não chega. Além de ter uma grande burocracia existe uma ordem, não sei de quem, para só considerar casos de emergência se for acidentes e não de doenças como o câncer, que se não forem tratadas a tempo, a pessoa morre.

Eu considero um ato criminoso este de não aceitar esse aumento, alegando que é constitucional. Eu pergunto os Senhor: uma vida é constitucional? Oitocentos mil é uma miséria para o TFD, para ser usado em passagens de pessoas que estão correndo risco de vida, com câncer, com problema de fígado, de coração, e que estão esperando uma passagem que não chega. Muitos conseguem chegar até Rio Branco, aí aqui esperam três, quatro, cinco meses para viajar para Goiânia ou São Paulo. Algumas pessoas nos pedem dinheiro para levar seus parentes porque são pobres.

Os Senhores aqui têm dinheiro, ganham muito bem, e podem pagar um plano particular, podem consultar um médico, pagar passagem de avião, mas esses pobres, que trabalham, que pagam seus impostos para pagar inclusive nós que estamos aqui para defender seus direitos, não ganham bem. Rejeitar uma miséria de

R\$ 800.000,00 para passagem de TFD, para o Estado é uma pouca vergonha. Eu não sei onde está o sentimento Deputado Pe. Valmir, Deputada Naluh. Não sei qual é a justificativa. V. Ex^a. Deputado Edvaldo, é de Cruzeiro do Sul e sabe que nós passamos por isso.

Dá vontade até de chorar, porque todos os dias na minha casa, em Cruzeiro do Sul, pessoas vão me relatar seus problemas.

Eu apelei para o Secretário, para a sua sensibilidade, e ele me prometeu. Como é que se pode confiar num Governo quando ele não cumpre sua palavra, nem sequer em relação às necessidades básicas que são Saúde, Educação e Segurança? Como podemos acreditar, se o Secretário me disse: "-Bote Deputada, faça suas Emendas". Mas agora que eu as apresento, são rejeitadas. Eu vou relatar isso em Cruzeiro do Sul: que não tive o apoio dos Senhores. Eu estou pedindo o apoio, principalmente dos Parlamentares que têm bases no interior, como os Deputados Edvaldo, Pe. Valmir, Luiz Gonzaga e outros, e apelo para a consciência dos Senhores.

Tem um povo que clama por justiça. Eles não precisam de propaganda, dizendo que as coisas vão muito bem, quando na verdade não estão! Estão sofrendo. Estão morrendo. Morrendo Deputado Pe. Valmir, Deputada Naluh. Estou do lado de V. Ex^a. porque, sei que a Senhora é uma pessoa íntegra.

Embora muitos aqui achem graça, eu não entendo por que debocham de certas coisas sérias que se trata aqui. Eu não tenho mais palavras e realmente estou revoltada, porque vi pessoas esperando uma passagem em Cruzeiro do Sul, que já estavam morrendo. Morria antes de chegar aqui.

É isso que me revolta. O que vale oitocentos mil para um Governo quando gasta onze milhões em propaganda? Eu não tenho outras palavras, mas posso dizer que: vermos as pessoas sofrerem e deixar por isso mesmo, é um ato criminoso.

(Sem revisão do orador)

Deputado EDVALDO MAGALHÃES (Líder do Governo) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, na política, às vezes, não podemos fazer discursos emocionados. A frieza do debate, às vezes exige isso, às vezes não. Eu lamento, Deputada Antonia Sales, que nos 26 anos de mandato do seu esposo, Deputado Vagner Sales, ele não a tenha informado de que isso que a Senhora tentou fazer aqui é impossível. Venderam-lhe uma ilusão e a Senhora acreditou. O Secretário não podia alocar R\$ 800.000,00 para o TFD. Foi passada uma idéia de facilidade e V. Ex^a acreditou nisso; por isso a emoção do seu discurso.

Porém Deputada, o Governo da Frente Popular do Acre, do qual eu me orgulho de ser o Líder nesta Casa, está fazendo em Cruzeiro do Sul a correção do maior assalto que o seu partido, o PMDB, fez na área da Saúde. O então Senador, Aluísio Bezerra, desviou pelo PMDB, do Hospital Regional milhões e milhões de reais. Da mesma forma que o Governo fez aqui, com o Parque da Maternidade, está fazendo no Juruá, construindo um Hospital onde vai investir dezesseis milhões de reais na construção e mais dez milhões em equipamentos. Isso está nesse Orçamento. O objetivo desse investimento é evitar TFD, e não para melhorá-lo. Devemos ter lá, mamógrafo, para as pessoas não terem que vir, pelo TFD, fazer uma mamografia aqui em Rio Branco. Queremos um aparelho de tomografia lá, para ninguém precisar do TFD para vir fazer uma tomografia aqui. Nós estamos fazendo esse tipo de investimento, porque senão, fica parecendo que aqui estão os carrascos, os insensíveis, os caras-de-pau, fazendo monstruosidades.

Eu tenho orgulho de dizer que esta Casa já aprovou cinco Orçamentos, e este será o sexto, que prevê a inclusão e a reconstrução. Os orçamentos anteriores não davam para pagar os salários dos servidores, Deputada Naluh Gouveia, a Senhora é testemunha disso.

O Governo que o seu esposo apoiava aqui Deputada Antonia Sales, não pagava o salário dos servidores em dia, mas o Orçamento do Governador Jorge Viana paga. Tenho prazer de ter votado aqui, juntamente com os Deputados Calixto, Naluh, Tarcísio e tantos outros, cinco Orçamentos da inclusão social. O maior programa de assistência social que existe no Estado do Acre é o Adjunto da Solidariedade e nenhum dos Governos anteriores fez um sequer parecido. Isso também está nos Orçamentos que nós ajudamos a aprovar nesses cinco anos. Tenho orgulho de dizer que nesses cinco anos, nós aprovamos os orçamentos aqui, que deram

estabilidade às estruturas e as Instituições Democráticas. Vão negar isso? Vão querer passar uma borracha por cima da história? Por favor, sejam democratas; democratas não apagam a história, não cospem na história. Ora nós temos problemas demais nesse Estado, e com essas discussões sobre esse Orçamento, nos estamos destruindo o Acre.

Eu vim aqui Deputada Naluh Gouveia, com o coração aberto e a mente desprovida de qualquer intenção malvada, dizer que se justificava o Orçamento da Comunicação em função dos investimentos feitos na TV Aldeia, porque só o aluguel do satélite custa um milhão de reais. É investimento público, não é privado. Só quem defende um Estado democrático sabe o que é fortalecer as instituições públicas. Muitas pessoas não dão valor para isso. Inclusive aqui no Poder, muitos, jamais darão valor a isso, porque sabem que isso não dá negócios, não dá lucros. Mas a TV Aldeia é uma instituição pública, é um patrimônio do povo acreano. As rádios são patrimônios públicos, e continuarão sendo, e terão condições para funcionar, porque nós vamos garantir essas condições.

Deputada ANTONIA SALES (PMDB – EM APARTE) – V. Exª Deputado Edvaldo, defende a saúde, que foi a mesma bandeira que nós nos propusemos a defender, meu esposo e eu. E graças à Deus, eu não sofri nenhum derrame, nenhum atropelamento e que não perdi a minha memória e pelo que eu me lembro, a Saúde funcionou muito bem na época do Governador Flaviano. Eu sou testemunha disso: além de receberem a passagem, as pessoas ainda recebiam diárias. Quem dera que alguém que tivesse viajado naquele tempo estivesse aqui para concordar comigo! O Deputado Roberto filho foi um. Hoje em dia Deputado Edvaldo, é difícil receber até as passagens, quanto mais diárias. Eu não sei a qual governo V. Exª se referiu, se foi ao Governador Orleir Cameli, que nosso partido apoiava. Nós tínhamos que apoiar, mas a Saúde funcionava. Isso eu lhe digo com toda sinceridade, porque fui testemunha, mas o mesmo não está acontecendo no Governo de hoje.

Deputado EDVALDO MAGALHÃES (Líder do Governo) – Foi nesse período Deputada Antonia Sales, que foram desviados mais de 20 milhões de reais, do hospital da região do Juruá.

Deputado LUIZ CALIXTO (Líder do PDT – EM APARTE) – Deputado Edvaldo, o Senhor tem razões de ordem política para discutir a composição do Orçamento. Reconheço seu brilho e a sua competência em fazer a defesa do Orçamento do Governo, mas uma coisa me parece estranha: parece-me que quando um Deputado exerce o seu legítimo direito de propor uma modificação o assunto não é tratado como deveria ser. É um direito do Parlamentar fazer suas proposições e ponto final. Isso não se discute. Mas aqui parece que se estabelece um cabo de guerra. Todos nós sabemos que o Orçamento será aprovado da forma original, como veio do Poder Executivo, mas isso não tira o direito de Parlamentares proporem as mudanças que acham necessárias, mas parece que isso se transforma numa briga pessoal, porque seu defensor acha que deve ser aprovado do jeito que veio. Nós fizemos acordos políticos para não atrasar a votação do Orçamento, mas ser contrário a algum ponto é direito do Parlamentar, e isso eu quero defender. Acho que o Deputado Edvaldo defende com todo brilhantismo o Orçamento, e como Líder do Governo deve mesmo fazer isso, mas sem jamais negar que um Parlamentar possa propor uma modificação. Nós sabemos que essas nossas discussões são inúteis do ponto de vista do resultado da votação.

Deputado EDVALDO MAGALHÃES (Líder do Governo) – Eu quero incorporar as observações de V. Exª ao meu pronunciamento e concordo com o que V. Exª disse: o direito de propor é inalienável, portanto ninguém pode me negar o direito de contrapor e derrotar uma proposição. E ao fazê-lo, eu não posso ser tratado como cão aqui. Não dá para fazer esse tipo de discussão porque ela é antidemocrática e a Democracia é um processo construído pela maioria, assim como a governabilidade. É assim em qualquer Parlamento do mundo das Democracias mais avançadas, às mais retardadas. Da mesma forma que V. Exª não pode ser questionado por querer mudar o local de aplicação de três milhões de reais, eu não posso ser questionado por querer evitar isso.

Portanto, eu me orgulho por ter votado o Orçamento que reconstruiu o Acre. Não tenho do que me envergonhar, pois ele ajudará a muitos, coisa que muitas forças políticas não fizeram.

(Sem revisão do orador)

Deputado TARCÍSIO MEDEIROS (Líder do PPS) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, é difícil discursar desta tribuna quando toda a Imprensa está presente e tudo que dissermos vai passar nos canais de comunicação que têm no nosso Estado, alimentado por esses quase 12 milhões.

Deputada Antonia Sales, eu ouvi o seu pronunciamento e concordo com a Senhora em tudo que foi dito. Eu sei que aqui têm vários outros Deputados que são de Cruzeiro do Sul, ou daquela região. V. Exa. deve chegar no seu município, que é o segundo maior do Estado, e dizer que a Senhora fez uma proposição em favor dele, que foi recusada.

Imagine, nós, Deputados, não podemos mais apresentar proposições, Deputado Edvaldo Magalhães. Eu não quero discordar de V. Exª. nesse ponto, só não entendo como uma Emenda para ajudar no TFD pode ser ilegal ou inconstitucional. Eu acho que não.

A Deputada pediu pouco e nós sabemos das dificuldades que existem em Cruzeiro do Sul. O Deputado Edvaldo sabe também, pois muitas vezes tira dinheiro do próprio bolso para pagar uma passagem, pois suas cotas de passagens se esgotam. Isso acontece porque o Poder Público não trabalha! Porque faz uma imoralidade dessas, Deputada Naluh. Dá onze milhões de reais para a Mídia e o argumento são os investimentos na TV Aldeia. Será que ela vai solucionar todos os problemas do Estado?

Eu queria, nesse canal, poder dar uma entrevista pelo menos; dizer que estou vivo, que o Deputado Tarcísio também apresenta propostas. Por exemplo: nós, Deputados de Oposição, apresentamos uma Emenda tirando quatro milhões de reais da Mídia para investir no Ensino Médio. Prestem bem atenção: se dividíssemos em lotes de R\$ 300,00 daria para contemplar 1.300 pessoas. São apenas quatro milhões, ainda ficariam sete milhões para o Governo do Estado pagar as televisões, as rádios que são públicas. Que dizem que são públicas, porque nós temos projetos, aprovados pelos Deputados, para usarmos a Rádio Difusora, companheiro Jair, mas sabe quantas vezes nós falamos na Difusora? Eu, Deputado Tarcísio, nenhuma.

Em Governos passados também acontecia isso. Todos eram contra Deputados de Oposição aparecer na Mídia; por isso aprovamos essa lei; O Senhor sabe, Deputado Helder Paiva.

Agora, se o Governador do Estado está no Peru, no Canadá, ou nos Estados Unidos, a Rádio Difusora transmite direto, a TV-5 e a Gazeta também. A TV Aldeia, por enquanto, não está transmitindo, porque está faltando esses onze milhões. Isso é um absurdo.

A Deputada Naluh propôs umas Emendas, mas não foram aprovadas. Eu acho isso vergonhoso e não gostaria de falar sobre esse assunto com os companheiros, mas não tem como não falar, porque são os Senhores que votam na Comissão. A Deputada fazia até uma brincadeira com os colegas para conseguir apoio. Ela chegava para um Deputado e dizia assim: “meu querido Deputado nº 1, Prefeito de Sena Madureira, companheiro Chico Viga, Deputado nº 2”. Tudo isso ela fazia para conquistar seus votos. Infelizmente não teve respaldo algum. Teve apenas cinco votos. Vejam só que dificuldade!

Se a Deputada tivesse pedido para tirar parte da verba da Mídia para usar em benefício próprio, estaria justificada a não aprovação, mas ela pediu para a Secretaria da Mulher, Senhores. Nós temos visto todos os movimentos, dessa Secretaria, sabemos que existem mulheres apanhando, mulheres sendo estupradas e nada podemos fazer, já que somos limitados enquanto Deputados Estaduais. Mas pelo menos, nós temos o direito: de apresentar Emendas e aprová-las, é da nossa competência uma Emenda para a Secretaria da Mulher, mas estamos vendo esse dinheiro se esvair pelos vãos dos dedos.

Outra questão que todos os Deputados defenderam, inclusive fizemos várias reuniões e o Deputado Delorgem que está presente aqui dizia: Deputado Tarcísio, com a Defensoria Pública deixe comigo, porque lá no meu município tem um órgão desse. Os outros Deputados que têm uma votação um eleitorado nos municípios, também deveriam ajudar a fortalecer o único órgão que defende o pobre. No entanto, o que vemos são cinco votos contrários. Ainda que não aprovasssem a Emenda como a Deputada propôs, naquele valor, mas que aprovasssem quinhentos ou seiscentos mil para ajudar aquelas pessoas. Isso já satisfaria a Deputada. Ela não precisa da Defensoria Pública, porque tem o seu mandato; ela pode pagar um advogado, graças a Deus; quando sair daqui, é professora mesmo ganhando pouco, não ficará sem salário. Mas aquele povo pobre,

que nos elege, eles precisam, Deputado Taumaturgo. Aquele povo de Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Santa Rosa que votam em V. Ex^a. não têm Defensoria, só tem Promotor, para acusar. Eu posso me defender, nós sabemos disso, mas aquele Zé Mané, aquele coitado, não tem condições de contratar ninguém para defendê-lo. Nós estamos tirando o direito deste cidadão, porque não estamos dando condições para fazer concurso para a contratação de Defensores, para aparelhar a Defensoria Pública. Nós estamos sendo criminosos, Deputada Antonia Sales.

Há pouco eu conversava com o Deputado Luiz Calixto e dizia que no Orçamento da União, parece-me que havia setenta e oito mil Emendas, claro que não foram todas aprovadas. Mas preste bem atenção: vou pedir que me dêem a relação de quantas Emendas foram aprovadas aqui, porque se não houve nenhuma nós temos que fechar o Parlamento, já que nós não podemos mudar nada.

Se dispuséssemos de um milhão e meio, por exemplo, não estariamos nem mexendo muito no Orçamento. A Deputada Naluh destinaria quinhentos para a Defensoria Pública, quinhentos para a Secretaria da Mulher e quinhentos para os precatórios, que é um direito já adquirido.

É por isso que o Poder Legislativo está desgastado. Nós temos que olhar primeiramente o nosso umbigo. Imaginem, nós querermos cobrar do Executivo sem realizar as nossas tarefas. É muito simples tirar uma parte da verba da Mídia que é de quase 12 milhões, apenas para o Governo do Estado dizer que está bem, fazer outdoor de ponte que está construindo, trazer o Presidente da República, embora seja importante trazê-lo para que ele faça investimento no Estado, mas espalhar placas para todos os lados é desnecessário. Chega de propaganda. Nós não temos nenhum ramal recuperado.

Eu fiz opção pelos companheiros produtores rurais. Diminuir a verba da Mídia e aplicar no Deracre, no Órgão que é responsável pelas nossas estradas, mas eu já sabia que também não passaria.

Em conjunto com todos os Deputados de Oposição, fizemos uma proposição para dar mil e trezentas bolsas para alunos do Ensino Médio, para que aqueles jovens pudessem estudar e não ficassem apenas em Cruzeiro do Sul onde não têm emprego. Outros precisando de um dinheirinho para virem se tratar, pois não têm condições de se deslocar de lá para cá ou para Goiânia.

Quase todos os Deputados aqui têm despesas mandando pessoas para Goiânia. Isso é lamentável. Mas peço que depois desta noite, que todos nós, Deputados, quando formos dormir, ou tomarmos nossa cerveja, que botemos a mão na consciência e pensemos: poderíamos ter aprovado pelo menos uma Emenda, a da Deputada Naluh para a Defensoria Pública ou para Secretaria da Mulher. Mesmo que não aprovassem os quatro milhões que estamos pedindo para os alunos, para essas pessoas doentes, mas que destinassem um milhão, que nós já ficaríamos satisfeitos.

(Sem revisão do orador)

Deputado JUAREZ LEITÃO (Líder do PT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Deputadas Naluh Gouveia e Antonia Sales, às vezes, quando ouço alguns discursos dos Deputados que defenderam as Emendas que alteravam o Orçamento, eu fico a pensar como o nosso Estado mudou, nem parece mais o mesmo, porque antes da Frente Popular se instalar como Governo, tendo à frente o Pop Star, a celebridade, o Governador Jorge Viana e outros companheiros que, inclusive, também já se manifestaram nesse sentido, desta tribuna, mas que hoje não defendem esse projeto, este Estado era uma calamidade, onde imperava o esquadrão da morte.

Eu tive a oportunidade, como seringueiro, de conhecer todos os municípios deste Estado, antes e depois do Governador Jorge Viana assumir, e concordo com o ditado que diz: "o pior cego é aquele que não quer ver". As mudanças existem, elas são visíveis, são palpáveis. Eu estive no Município do Jordão, quando ainda não havia televisão, luz elétrica nem água encanada. Para resumir, é melhor dizer o que tinha do que o que não tinha, e hoje, quem visitá-lo, verá as mudanças. A nossa capital é outro exemplo, e é fruto desses orçamentos que têm sido tão criticados, mas têm contribuído para as mudanças neste Estado. Então, eu quero reafirmar que mantenho minha posição.

Existe um setor, que para mim é mais essencial do que o Canal da Maternidade ou as construções que foram feitas: a

assistência técnica. Visitando os municípios, muitas vezes, eu chegava nos escritórios da Emater e quando tinha uma moto, não tinha gasolina, quando tinha gasolina a moto estava quebrada, e, hoje, nós temos uma assistência técnica reestruturada, e mais importante do que a moto é o telefone que funciona. Isso é resultado do processo que nós desencadeamos e mesmo aqueles que são contrários, ajudaram nisso; estou me referindo à capacidade que a Frente Popular teve de fazer renascer a esperança nos acreanos, porque muitas vezes, a esperança das pessoas diminui por falta de perspectiva.

Nós sabemos que a economia tem crescido neste Estado; os números comprovam.

Eu não quero falar sobre mim, e também não consigo fazer política caluniando ou acusando ninguém. Mesmo não sendo professor e sim seringueiro, eu discuto política de uma forma mais educada. Portanto, estou com a consciência tranqüila, pois como cidadão e como Parlamentar sou responsável pelos meus atos, sinto-me bastante à vontade e vou andar pelas ruas de cabeça erguida pelo que fiz. Tenho certeza que estávamos lutando para construir um Estado cada vez melhor.

(Sem revisão do orador)

Deputado NOGUEIRA LIMA (Líder do PSC) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, acho que o meu voto, o voto da Oposição foi coerente dentro do que estava proposto no Orçamento. Quanto ao fato de termos votado a favor os Orçamentos passados, quero dizer que hoje estamos questionando isso, mas o que eu não entendo é porque fazer disso uma batalha.

Nós asseguramos nesse Orçamento, os recursos destinados à Mídia, a qual do Governador do Estado só poderia aumentar, se passasse pela Assembléia e ele foi aceito nesta Casa. Então porque não questionamos isso? Não adiantava. Nesse Orçamento não houve jeito porque a ordem era não mexer nele de maneira nenhuma. Portanto, foi destinado um milhão de reais para a TV Aldeia, Senhores Deputados, e o resto do dinheiro?

Deputada NALUH GOUVEIA (PT – EM APARTE) – Deputado Nogueira Lima, a coisa é tão ultrajante e vergonhosa que é lamentável que tenhamos que conviver com isso pelo resto da vida.

Para o Deputado ter uma idéia, em 98, o Orleir, o ladrão do dinheiro público, o barão do roubo, propôs R\$ 6.000.000,00 para a Comunicação e para o Secias R\$ 1.000.000,00 e nós pedimos o impeachment dele.

O Governador Jorge Viana em 99 quando assumiu, com a proposta de mudança, nos encheu de esperanças e nós acreditamos nele. Na época aprovamos aqui para a Secias R\$ 4.000.000,00 e para a Comunicação R\$ 1.500,00. No ano passado aprovamos para a Comunicação R\$ 6.000.000,00 e R\$ 8.000.000,00 para a Secias. Agora, nós estamos aprovando R\$ 11.000.000,00 para a Comunicação e R\$ 3.000.000,00 para Secias. Por isso digo que devem passar óleo de peroba na cara sim, porque realmente precisam para andar pela rua depois de tudo isso.

Chamar esse Orçamento de Orçamento da inclusão é brincadeira; inclusão do que? Da mídia? E quando a Difusora foi pública meu povo? Não digam uma blasfêmia dessas, a Difusora Deputado Nogueira Lima, nunca foi pública. Ela sempre foi privada dos governadores, sempre. Da mesma forma acontece com a TV-Aldeia. Ela é privativa do Governador.

Quando foi, na época do Orleir, que demos entrevista na Difusora? E continuamos não dando entrevista naquela rádio hoje. Quem não reza na cartilha do mestre, não é subserviente, continua não dando entrevistas.

O pessoal da baixada que não tem onde morar vai conseguir casa com a TV Aldeia, quem não tem o que comer vai ter lá na TV Aldeia, só não sei quando.

O que eu acho incrível é dizerem que estamos virando as costas para o Governo. Eles é que estão esquecendo as bandeiras que levantaram, as lutas que travaram e que estão se perdendo no caminho da história.

Deputado NOGUEIRA LIMA (Líder do PSC) – Senhor Presidente, foi falado aqui que a mudança que esse governo fez está na

cara. Todos os governos fizeram mudanças. Cada um que passou pelo Palácio fez, por menores que tenham sido. O ex-Governador Flaviano construiu o maior número de casas populares neste Estado, até hoje, ninguém o superou nesse sentido, pelo menos eu desconheço quem tenha conseguido. Então, ele fez mudanças e juntamente com o Nabor Júnior, criou um Plano de Carreira Cargos e Salários, o que na época foi muito bom para os funcionários públicos.

O Governo tem que fazer mudanças realmente, e assumir responsabilidades, pois não pode somente ganhar o dinheiro. Esse montante que está aí agora, serve, tenho certeza, para calar a boca de muitos repórteres. Serve para calar a Mídia do Estado. O Governo ditará agora o que deve ser publicado. Na TV Aldeia nós não vamos nem falar porque ela é do Governo mesmo. Portanto como é que nós teremos espaço? É o que eu venho dizendo sempre: isso é a ditadura branca do Governo da Floresta, que está instalada no nosso Estado com a colaboração da Imprensa. Nós da Oposição ou até alguns Deputados da Situação também, não temos espaço. Não é só a Deputada Nalu Gouveia que está sendo boicotada; existem vários Deputados da situação que não conseguem dar entrevistas. Como falou o Deputado Tarcísio, quando foi que falamos na Rádio? Eu estou cumprindo mandato há seis anos e nunca tive essa oportunidade.

A TV Aldeia, se eu não me engano, já está com um ano de existência e qual foi o Deputado daqui que foi lá? Não é nossa? Não é pública?

A Assembléia Legislativa está calada para isso também e gostaria de saber o por que, já que uma lei foi aprovada nesse sentido. Então, como eu já ouvi aqui: "Vamos correr atrás do prejuízo". Vamos sim porque acho que ainda não está perdido. O espaço deve ser concedido igualmente à todos, não só para um ou outro Deputado. Que a TV Aldeia funcione de fato e que a Assembléia Legislativa vá atrás do espaço que lhe cabe Deputado Luis Gonzaga. Como V. Exª estava falando outro dia, a TV Aldeia poderia, pelo menos, fazer a transmissão direta do Pequeno Expediente, para que toda população do nosso Estado visse os Deputados trabalhando, essa sua idéia é maravilhosa; concordo com ela e espero que a Mesa Diretora desta Casa a transmita para o Governador.

Os Deputados da Situação que estão votando esses R\$ 11.000.000,00 para a Mídia devem exigir esse direito também. Vamos todos exigir o direito de mostrar os nossos trabalhos na TV Aldeia. O Deputado Edvaldo falou aqui, que a emissora é do Poder Público, então vamos lá, exigir isso. O que não acho correto é destinarmos R\$ 1.300.000,00 só para a Mídia Educativa, e o resto do dinheiro para onde vai?

Então, Senhores Deputados, mais uma vez nós estamos diante de uma ditadura branca do Governo da Floresta que se instalou e que está aí calando a boca desse Parlamento e calará ainda mais se nós aprovarmos esse Orçamento. A culpa será Senhores Deputados, de quem votar a favor, o que ficará em suas consciências para o resto das suas vidas, pois quando à noite, deitarem em suas camas pensarão: "Eu acho que votei errado".

(Sem revisão do orador)

Está encerrada a discussão.

Em votação, foi aprovado por 16 votos a favor e 8 contra, dos Deputados Nalu Gouveia, Luiz Calixto, Tarcísio Medeiros, Chagas Romão, Hélio Lopes, Nogueira Lima, Antonia Sales e Luiz Gonzaga.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá a Redação Final.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei N. 71/2004, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o Poder Executivo a doar a área de terra urbana à União – Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Acre".

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 21 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei Complementar n. 7/2004, de autoria do Poder Executivo, que "Altera dispositivos da Lei complementar n.67, de 29 de junho de 1999, que dispõe sobre o

Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais de Ensino Público Estadual".

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, o referido Projeto irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei Complementar n. 8/2004, de autoria do Poder Executivo, que "Dá nova redação ao art. 5º da Lei Complementar n. 96, de 24 de julho de 2001".

Em discussão, usou da palavra:

Deputada **NALUH GOVEIA** (PT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, vou discutir todos os Projetos, porque estou gostando muito de ficar aqui, e como é a última Sessão, eu quero ficar mais tempo com os nobres Deputados.

Causou-me surpresa esse Projeto que o Governo enviou para esta Casa, pois S. Exa. está mais preocupado com os cargos do que mesmo com o Orçamento da Defensoria. Esse Governo da inclusão deveria estar discutindo aqui as Defensorias de cada município.

É vergonhoso para o Governo do PT não ter uma Defensoria forte. Na verdade, esse Governo adora status. É gestão não sei de que, é um pessoal que gosta dessas palavras neoliberais. É impressionante. Então, causa-me estranheza essas nomeclaturas neoliberais. O Jurupari merecia ter uma Defensoria, minha mãe, inclusive, começou a dar aulas com quatorze anos nesse local. Porém o Governo da inclusão está mais preocupado com as nomeclaturas neoliberais.

(Sem revisão do orador)

Está encerrada a discussão.

Em votação, os Senhores Deputados que concordarem com a Matéria, fiquem sentados. Os que discordarem, fiquem de pé. Aprovado por 20 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei Complementar n. 9/2004, de autoria do Ministério Público, que "Acresce e modifica dispositivos da Lei Complementar Estadual n. 8, de 18 de julho de 1983 e dá outras providências".

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 20 votos a favor e 1 contra, da Deputada Nalu Gouveia.

Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que após expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei Complementar n. 10/2004, de autoria do Poder Judiciário, que "Dá nova redação ao art. 144, da Lei Complementar n. 47, de 22 de novembro de 1995, e revoga o art. 1º, da Lei Complementar n. 78, de 14 de outubro de 1999".

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado com 19 votos a favor e 1 contra, da Deputada Nalu Gouveia.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que após expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei Complementar n. 11/2004, de autoria do Poder Executivo, que "Acresce parágrafo único ao art. 2º da Lei Complementar n. 53, de 29 de outubro de 1996".

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 21 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que após expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos outra para cinco minutos após o término desta.

59ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 10 de dezembro de 2004

Presidência: Deputado HELDER PAIVA

Secretaria: Deputado DELORGEM CAMPOS

PRESENTES: Deputados JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, RONALD POLANCO, TAUMATURGO LIMA do PT; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA do BPM; DELORGEM CAMPOS, FRANCISCO VIGA, JOSÉ LUIS do BSC; HÉLIO LOPES, NILSON AREAL, ROBERTO FILHO do BLT; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO do PMDB; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA do PSDB; JOSÉ VIEIRA do PFL; JOSÉ BESTENE do PP; LUIZ CALIXTO do PDT; NOGUEIRA LIMA do PSC; TARCÍSIO MEDEIROS do PPS.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 72/2004, de autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo a doar a área de terra urbana ao Município de Epitaciolândia”.

Em discussão, usou da palavra:

Deputada NALUH GOUVEIA (PT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada, eu tenho uma sugestão para esses Projetos do Governo. Quando se tratar de doação, ele deve mandar o mapa para sabermos a extensão da terra doada. Portanto, sugiro ao Líder do Governo, que quando mandarem projetos dessa natureza, que mandem além do memorial descritivo, mandem também o mapa. Caso contrário, fica complicado, porque não sabemos até que ponto essas áreas estão disponíveis.

(Sem revisão do orador)

Encerrada a discussão.

Em votação, foi aprovado por 19 votos.

O Senhor Presidente (HELDER PAIVA) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 7/2004, de autoria do Deputado Helder Paiva, que “Estabelece normas para instalação e manutenção de cercas elétricas em imóveis e dá outras providências”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 21 votos.

O Senhor Presidente (HELDER PAIVA) - Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 13/2004, de autoria do Deputado José Luis, que “Institui o Projeto “Turismo Educativo”, e dá outras providências”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 21 votos.

O Senhor Presidente (HELDER PAIVA) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 20/2004, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, que “Prioriza Atendimento à Mulher Trabalhadora Rural nos Hospitais da Rede Pública de Saúde do Acre e dá outras providências”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 21 votos.

O Senhor Presidente (HELDER PAIVA) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 49/2004, de autoria do Deputado Delorgem Campos, que “Dispõe sobre a utilização de recursos visuais, destinados às pessoas com deficiências auditivas, na veiculação de propaganda oficial”.

Em discussão, usou da palavra:

Deputada NALUH GOUVEIA (PT) – Senhor Presidente, Senhora Deputada Antonia Sales e Senhores Deputados, primeiro quero parabenizar ao Deputado Delorgem, por esse Projeto, que tem um grande alcance social, inclusive, nesse sentido, os evangélicos avançaram muito, pois há muito tempo que eles já vêm fazendo esse trabalho; de respeito aos portadores de necessidades especiais. Quem sabe agora a TV Aldeia, rede pública, aplique essa lei do Deputado Delorgem, aprovada hoje pela Assembléia Legislativa.

Eu acho importante esse tipo de leis, que têm esses alcances sociais. É importante termos sensibilidade, para apresentá-las.

Deputado TARCÍSIO MEDEIROS (Líder do PPS – EM APARTE) – Quero me associar ao seu pronunciamento Deputada Naluh Gouveia, e dizer ao companheiro Deputado Delorgem que foi um belíssimo Projeto e com certeza será aprovado por todos os Senhores Deputados, para que fique mais consistente. Inclusive, ele vai beneficiar alguém aqui nesta Casa; aqui há um Deputado que é deficiente, é cego e ele está sendo agraciado com sua lei. Portanto o Senhor está de parabéns. Poderíamos ter votado também a Emenda proposta pela Deputada Naluh, a respeito da Defensoria Pública.

Deputada NALUH GOUVEIA (PT) – Então, eu só queria concluir dizendo que eu gosto muito desse tipo de atividade Parlamentar. É importante também esse Projeto que visa dar assistência especial à mulher trabalhadora rural, que encontra muitas dificuldades para conseguir uma ficha. Já vem da colônia deixando sua família longe, então precisa dessa atenção. No entanto, é como o Deputado Tarcísio disse; sem orçamento, fica difícil, mas como a TV Aldeia foi contemplada com uma grande quantia do Orçamento, não vai ter problema com relação à aplicação do Projeto do Deputado Delorgem.

(Sem revisão do orador)

Está encerrada a discussão.

Em votação, foi aprovado por 21 votos.

O Senhor Presidente (HELDER PAIVA) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, o referido Projeto irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 50/2004, de autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo, através do Ministério Público Estadual, a adquirir imóveis nos municípios acreanos e dá outras providências”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 21 votos.

O Senhor Presidente (HELDER PAIVA) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em segunda discussão e segunda votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 45/2004, de autoria do Poder Executivo, que “Estima a Receita, fixa a Despesa do Estado para o Exercício financeiro de 2005, e dá outras providências”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 16 votos a favor e 7 contra, dos Deputados Luiz Calixto, Tarcísio Medeiros, Luiz Gonzaga, Naluh Gouveia, Antonia Sales, Nogueira Lima e Hélio Lopes.

O Senhor Presidente (HELDER PAIVA) – Tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá à Redação Final.

Encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos outra para cinco minutos após o término desta.

60ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 10 de dezembro de 2004

Presidência: Deputado HELDER PAIVA

Secretaria: Deputado DELORGEM CAMPOS

PRESENTES: Deputados JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, RONALD POLANCO, TAUMATURGO LIMA do PT; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA do BPM; DELORGEM CAMPOS, FRANCISCO VIGA, JOSÉ LUIS do BSC; HÉLIO LOPEZ, NILSON AREAL, ROBERTO FILHO do BLT; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO do PMDB; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA do PSDB; JOSÉ VIEIRA do PFL; JOSÉ BESTENE do PP; LUIZ CALIXTO do PDT; NOGUEIRA LIMA do PSC; TARCÍSIO MEDEIROS do PPS.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 73/2004, de autoria do Poder Executivo, que “Cria o Conselho da Juventude do Acre – CEJAC e dispõe sobre a Conferência Estadual da Juventude”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 21 votos.

O Senhor Presidente (HELDER PAIVA) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 74/2004, de autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo Estadual a alienar bens móveis inservíveis dos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 21 votos.

O Senhor Presidente (HELDER PAIVA) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 75/2004, de autoria do Poder Executivo, que “Altera dispositivo da Lei n. 1.169, de 13 de dezembro de 1995, que transforma o Departamento de Trânsito em autarquia”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, os Senhores Deputados que concordarem com a Matéria, fiquem sentados. Os que discordarem fiquem de pé. Aprovado por 21 votos.

O Senhor Presidente (HELDER PAIVA) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 76/2004, de autoria do Poder Executivo, que “Altera dispositivos da Lei n. 1.022, de 21 de janeiro de 1992, que institui o Sistema Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia e o Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, os Senhores Deputados que são favoráveis à Matéria, fiquem sentados. Os que forem contrários, fiquem de pé. Aprovado por 20 votos.

O Senhor Presidente (HELDER PAIVA) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 77/2004, de autoria do Poder Executivo, que “Altera e revoga dispositivos da Lei n. 1.500, de 15 de julho de 2003, que instituiu a Política Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Acre, dispõe sobre infrações e penalidades aplicáveis e dá outras providências”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 20 votos.

O Senhor Presidente (HELDER PAIVA) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 78/2004, de autoria do Poder Executivo, que “Institui a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 20 votos.

O Senhor Presidente (HELDER PAIVA) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 67/2004, de autoria do Deputado Chagas Romão, que “Fica concedido Título de Cidadão Acreano ao Sr. Hermínio da Silveira”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, os Senhores Deputados que concordarem com o Parecer, permaneçam sentados. Os que discordarem, fiquem de pé. Aprovado por 23 votos.

O Senhor Presidente (HELDER PAIVA) – Comunicamos ao plenário que após expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos outra para cinco minutos após o término desta.

61ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 10 de dezembro de 2004

Presidência: Deputado HELDER PAIVA

Secretaria: Deputado DELORGEM CAMPOS

PRESENTES: Deputados JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, RONALD POLANCO, TAUMATURGO LIMA do PT; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA do BPM; DELORGEM CAMPOS, FRANCISCO VIGA, JOSÉ LUIS do BSC; HÉLIO LOPEZ, NILSON AREAL, ROBERTO FILHO do BLT; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO do PMDB; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA do PSDB; JOSÉ VIEIRA do PFL; JOSÉ BESTENE do PP; LUIZ CALIXTO do PDT; NOGUEIRA LIMA do PSC; TARCÍSIO MEDEIROS do PPS.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer Exarado ao Projeto de Lei N. 70/2004, de autoria do Deputado Edvaldo Magalhães, que “Considera de Utilidade Pública a Sociedade Civil das Obras Educativas e Sociais das Irmãs Dominicanas de Santa Maria Madalena do Brasil”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 20 votos.

O Senhor Presidente (HELDER PAIVA) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei N. 69/2004, de autoria do Deputado José Luis, que “Concede o Título de Cidadão Acreano ao Exmo. Sr. Dr. Antônio Fernandes Jorge R. Carvalho Malheiros, Digníssimo Conselheiro Presidente do Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Acre”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 20 votos a favor e 1 contra, da Deputada Naluh Gouveia.

O Senhor Presidente (HELDER PAIVA) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei N. 68/2004, de autoria do Deputado Tarcísio Medeiros, que “Concede o Título de Cidadão Acreano ao Ilmo. Sr. Sílvio Martinello”

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 21 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, o referido Projeto irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei N. 66/2004, de autoria do Deputado Hélio Lopes, que “Concede o Título de Cidadão Acreano ao Ilmo Sr. Roberto Duarte”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 20 votos a favor e 1 contra, da Deputada Naluh Gouveia.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, o referido Projeto irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei N. 56/2004, de autoria do Deputado Juarez Leitão, que “Cria o Medalhão de Mérito Ambientalista Chico Mendes”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 21 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, o referido Projeto irá à Sanção Governamental.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei N. 79/2004, de autoria da Mesa Diretora, que “Fixa os subsídios do Governador, do Vice-Governador e de Secretário de Estado para o exercício de 2005”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 14 votos a favor e 07 contra, dos Deputados Nogueira Lima, Tarcísio Medeiros, Chagas Romão, Luiz Calixto, Hélio Lopes, Antonia Sales e Naluh Gouveia.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos autógrafos, o referido Projeto irá à Sanção Governamental.

Encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos outra para cinco minutos após o término desta.

62ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 10 de dezembro de 2004

Presidência: Deputado **HELDER PAIVA**

Secretaria: Deputado **DELORGEM CAMPOS**

PRESENTES: Deputados JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, RONALD POLANCO, TAUMATURGO LIMA do PT; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA do BPM; DELORGEM CAMPOS, FRANCISCO VIGA, JOSÉ LUIS do BSC; HÉLIO LOPES, NILSON AREAL, ROBERTO FILHO do BLT; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO do PMDB; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA do PSDB; JOSÉ VIEIRA do PFL; JOSÉ BESTENE do PP; LUIZ CALIXTO do PDT; NOGUEIRA LIMA do PSC; TARCÍSIO MEDEIROS do PPS.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 45/2004, de autoria do Poder Executivo, que “Estima a Receita, fixa a Despesa do Estado para o Exercício financeiro de 2005, e dá outras providências”.

Em discussão, usaram do palavrão:

Deputada NALUH GOUVEIA (PT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, o meu maior prazer é discutir novamente o Orçamento. Acho gozado esse termo Orçamento da inclusão. Inclusão do quê? Em 98 nós pedimos o impeachment do Orleir e o encaminhamos para o Ministério Público e um dos argumentos era porque estava sendo destinado à Imprensa seis milhões de reais, hoje são 11 milhões. Eu fico pensando a Marina, o Nilson Mourão e o Taboada vendo isso aqui, é triste ver a subserviência da Assembléia

Legislativa, uma Mesa completamente subserviente, os Deputados subservientes que sabem que está errado. Isso me dói. Graças a Deus, Deputada Antonia Sales, que as mulheres não fazem política apenas com a razão, mas também com sentimentos. Somos nós que andamos pelas ruas e vemos a situação. Não é apenas com três milhões que a Sectas vai construir casas. Não dá. Mas onze milhões será para a mídia. A coisa é tão descarada, que é impressionante. Os onze milhões são para todas as Secretarias que têm programa com a comunicação, mas só para a Secretaria de Comunicação são nove milhões. E aqui, Deputado Tarcísio, não pense que alguém, à noite, vai ficar preocupado porque não votou no Orçamento. Ninguém aqui pensa nada, aqui se está pensando é nas oportunidades, que vão ter no jogo de trocas. É triste a subserviência deste Poder com relação a isso. As coerências foram todas por água abaixo. É um absurdo.

Eu acho incrível é que nos corredores, nos cantinhos da Assembléia, todo mundo está revoltado com o que o Senhor está mostrando, mas na hora de dizer que esse não é o Orçamento que nos queremos aprovar, esse não é o Orçamento da inclusão, esse não é o Orçamento dos excluídos, ninguém tem coragem, porque é mais fácil se manter os seus seis cargos, as suas Secretarias. E muito mais cômodo, é melhor ser poder, é muito bom, já diz o nome. Só que o poder do Governador Jorge Viana é um poder de mentiras. Ele só escuta ele e a sua sombra. Não é um poder construído no sentido do progresso, na intenção de acabar com as desigualdades, se estamos aprovando um salário de 17 mil para o Desembargador e temos um salário de 300 reais, que é o menor salário do Acre. A discussão não é de quem merece ou não, mas é porque nós achávamos que o PT acabaria com essas desigualdade, porque esse era o discurso do PT. Então, quando questionamos essa disparidade de 17 mil e 300 reais, é porque nós achávamos que com o PT isso não ia acontecer.

Quando discutimos que onze milhões é para a mídia, mas não é para os coitados dos repórteres, alguém ainda vem aqui dizer: “mas na época do Esquadrão da Morte botavam revólver na cabeça dos repórteres”. Hoje se pressiona a “alma”, quando uma matéria é impedida de ir ao ar quando ligam para o Anibal, para dizer que o coitado do repórter está conversando com o Deputado Luiz Calixto. É ridículo! Antes era o “Esquadrão” que chegava nas redações dos jornais, hoje são os petistas que, a mando dos subservientes daqui, que acham que estão no poder. É triste, porque hoje os repórteres não podem fazer as matérias, são castrados na alma. Hoje abrimos jornal O Rio Branco e está lá, de cabo a rabo, estampada, a cara do Juarez, do Lula e do Jorge Viana. O Página 13 há muito que deixou de ser jornal para ser boletim. Então isso é muito triste. Então, eu fico extremamente triste, porque achava que no PT não ia acontecer isso.

Esse é o grande problema, Deputada Antonia Sales. Veja a questão do TFD, e quando V. Exa. coloca aqui uma Emenda, a prepotência é grande. Disseram que ninguém podia fazer Emenda, mas qualquer um pode fazer Emenda aqui. Porém a prepotência do Poder é exacerbada. Poder cai, Projeto de Governo não. E não é um Projeto, por isso que eu não fico nenhum pouco preocupada, quando os companheiros dizem: era do Projeto, não era do Projeto. Porque esse não era o meu Projeto, 11 milhões para mídia. É por isso que eu continuo no projeto do PT. Eu só queria colocar que as máscaras estão caindo. Eu não sei se ainda vou ter algum espaço, em algum lugar. Com esses onze milhões, vai ser difícil. Tomara Moisés Alencastro, que tu me dê espaço pelo menos, na coluna social. Tudo bem que eu sou desajeitada. Resta-me voltar aos nossos boletins lá no Terminal, na esquina da Alegria, que graças a Deus nos diferenciam.

(Sem revisão do orador)

Deputado **RONALD POLANCO (PT)** – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Deputada Naluh Gouveia e Antonia Sales, primeiro quero registrar a presença do nobre colega Deputado Nilson Areal, que hoje ainda está conosco, mas dia 1º de janeiro vai assumir a Prefeitura de Sena Madureira e nós desejamos que ele faça um bom trabalho.

Deputado Nilson, essas contradições é que fazem com que a democracia vá se aprimorando. O Senhor conviveu conosco esses dois anos e sabe como é o processo. Aqui nós aprendemos muito. Eu estou no terceiro mandato e poucas vezes, aqui, nesta tribuna, nós fomos tão atacados como fomos hoje. Nenhum Parlamentar jamais recebeu

qualquer centavo do Orçamento, depois que nós assumimos. Todos participaram para construir uma verdadeira Democracia, e eu tenho certeza de que em Sena Madureira o Deputado Nilson Areal fará o mesmo.

O importante Deputado, e V. Ex^a ter um Projeto a seguir; uma idéia a construir. Às vezes, o Orçamento não permitirá que o Senhor realize todos os seus Projetos, mas aos poucos, vai priorizando alguns. Se o frio atingir a cabeça, cobre-se a cabeça; quando for nos pés, cobre-se os pés. Ou seja, é interessante ter um caminho a seguir e é isso que nos fazemos.

O bom da Democracia é que nós aprendemos a respeitar os outros e isso é importante. Não dá, em questões policiais, para desrespeitar, como esta acontecendo hoje. O PT, a Frente Popular, a Oposição, os cidadãos têm que ser respeitados e esta Casa não é “casa da mãe Joana” não. Nesta Casa se discute o Acre, se discute a Democracia e nós vamos, aos poucos, levantando a auto-estima do nosso povo, construindo uma identidade própria.

Nunca, no Governo da Frente Popular, nenhum Parlamentar foi agraciado por este ou aquele benefício, todos constroem os seus espaços. Neste Orçamento também foi dessa forma.

Um dia desses eu e o Deputado Edvaldo estávamos assistindo a televisão, no Canal 11, na casa do colega Deputado Santiago e vimos que o espaço que a nobre Parlamentar Naluh teve, foi muito superior, e estava atacando o Governo. Naquele momento, eu comentei que nenhum outro Deputado tinha esse espaço. A prioridade na mídia parece que varia conforme as discussões aqui no Poder. Um dia a Imprensa coloca um ou outro Parlamentar na Mídia.

Deputada Naluh Gouveia, particularmente lhe digo: venho de uma família humilde, simples e a luta do nosso partido foi para construir o que a Senhora hoje está criticando e nos expondo. Construímos, verdadeiramente uma Democracia neste país e neste Estado. Nunca usufrui de nenhum centavo do Governo. A Senhora pode investigar entre meus irmãos, meus amigos e minha família, e tenho certeza os colegas aqui também não.

Então, em nome do nosso partido, peço que seja retirado o que foi dito aqui desta tribuna. O nosso partido veio para dialogar e vamos continuar dialogando. Se em alguma coisa erramos, se ultrapassar os valores previstos, com certeza, ao longo do ano, vamos corrigir, e continuar lutando, para que todos cresçam da mesma forma; como Deus disse: “crescei e multiplicai”. V. Exa, Presidente, que é um grande pastor sabe deste versículo. Mas existem pessoas, que muitas vezes, aproveitam os momentos para denegrir a imagem dos outros.

Que começemos a trilhar o bom caminho e que aqui as regras dos homens sejam cumpridas e que Deus nos ilumine para sermos respeitados no futuro.

(Sem revisão do orador)

Deputado ROBERTO FILHO (BLT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, hoje eu vou quebrar o protocolo nesta tribuna. Gostaria de desejar ao Deputado Nilson Areal que está nos abandonando, muitas felicidades nesta sua nova empreitada no Município de Sena Madureira. Desejo que Deus o proteja e quero dizer que no dia que V. Ex^a vier a Rio Branco, a minha casa estará aberta para saborearmos aquele cozidão.

Deputado NILSON AREAL (BLT – EM APARTE) – Quero agradecer aos Deputados Roberto Filho e Ronald Polanco, pelo apoio e aprendizado que eu tive aqui. Sempre alimentei o sonho de ser Prefeito de Sena Madureira e vou realizá-lo agora, saio com a maior tranquilidade. V. Ex^s. sabem que eu, raramente, uso esta tribuna. Sempre me preocupei com os problemas e procurei tratá-los com quem de fato os resolveria. Agi assim com a UFAC, com o Deracre e com outros órgãos do Governo. Saio com a consciência tranquila de que fiz o que pude pelo povo do meu Vale. Sei também que agora terei condições de contribuir muito mais e que posso contar com os amigos que aqui estou deixando, tenho certeza disso. Peço que cada um me ajude neste nosso caminho, especialmente os Deputados José Vieira, Hélio Lopes e Sérgio Oliveira, pois problemas existem em todas as cidades e no meu município não é diferente. Portanto, agradeço aos Deputados desta Casa pela companhia durante tanto tempo e espero contar com a ajuda de todos aqui no Parlamento. Vou aguardá-los em Sena Madureira.

Deputado ROBERTO FILHO (BLT) – Gostaria de dizer ao nobre Deputado Nilson Areal que pode ter certeza, que se der tudo certo, no Orçamento do próximo ano, eu repassarei tudo que for possível para Sena Madureira, porque o Senhor merece.

(Sem revisão do orador)

Está encerrada a discussão.

Em votação, foi aprovado por 14 votos a favor e 7 contra, dos Deputados Luiz Calixto, Tarcísio Medeiros, Luiz Gonzaga, Naluh Gouveia, Antonia Sales, Hélio Lopes e Nogueira Lima.

O Senhor Presidente (HÉLDER PAIVA) – Comunicamos ao Plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá a Sanção Governamental.

Pedimos aos Deputados que não saiam, pois precisamos aprovar a Comissão Interna, que vai ficar no período de recesso.

Estamos indicando aqui o nome dos Deputados Helder Paiva, Roberto Filho, Francisco Viga, Hélio Lopes e Chagas Romão.

Pedimos ao Senhor Secretário que proceda a chamada para votação.

A seguir o Senhor Secretário procedeu à chamada na seguinte ordem:

Partido dos Trabalhadores – PT

Deputados: Juarez Leitão – sim
Naluh Gouveia – sim
Pe. Vamir Figueiredo – sim
Ronald Polanco – sim
Taumaturgo Lima – sim

Bloco Popular Mobilizador – BPM

Deputados: Edvaldo Magalhães – sim
Elson Santiago – sim
Moisés Diniz – sim
Sérgio Oliveira – sim

Bloco Socialista Cristão – BSC

Deputados: Delorgem Campos – sim
Francisco Viga – sim
José Luis – sim

Bloco Liberal Trabalhista – BLT

Deputados: Hélio Lopes – sim
Nilson Areal – sim
Roberto Filho – sim

Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB

Deputados: Antonia Sales – sim
Chagas Romão – ausente

Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB

Deputados: Luiz Gonzaga – sim
Helder Paiva – sim

Partido da Frente Liberal - PFL

Deputado: José Vieira – sim

Partido Progressista – PP

Deputado: José Bestene – ausente

Partido Democrático Trabalhista – PDT

Deputado: Luiz Calixto – sim

Partido Social Cristão – PSC

Deputado: Nogueira Lima – sim

Partido Popular Socialista – PPS

Deputado: Tarcísio Medeiros – ausente

O Senhor Presidente (HELDER PAIVA) – Comunicamos ao plenário, que a Mesa baixará a competente Resolução.

Antes de encerrarmos a Sessão, desejamos a todos os presentes Um Feliz Natal e um Próspero Ano Novo.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos uma Ordinária para dia e hora regimental.

COMISSÕES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Presidente: Deputado Edvaldo Magalhães (BPM) (PSDB)
Vice-Presidente: Deputado Luiz Gonzaga

TITULARES:
 Deputados: Thaumaturgo Lima (PT) Nilson Areal (BLT) José Luís (BSC)

SUPLENTES:
 Deputados: Naluh Gouveia (PT) Elson Santiago (BPM) Hélio Lopes (BLT) Francisco Viga (BSC) Helder Paiva (PSDB)

Dia de Reuniões ordinárias: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Presidente: Deputado Helder Paiva (PSDB)
Vice-Presidente: Deputado Francisco Viga (BSC)

TITULARES:
 Deputados: Juarez Leitão (PT) Edvaldo Magalhães (BPM) Nilson Areal (BLT)

SUPLENTES:
 Deputados: Valmir Figueiredo (PT) Elson Santiago (BPM) Hélio Lopes (BLT) Delorgem Campos (BSC) Luiz Gonzaga (PSDB)

Dia de Reuniões ordinárias: terça-feira 9h

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA E MUNICIPALISMO

Presidente: Deputado Nilson Areal (BLT)
Vice-Presidente: Deputado Francisco Viga (BSC)

TITULARES:
 Deputados: Naluh Gouveia (PT) Elson Santiago (BPM) Helder Paiva (PSDB)

SUPLENTES:
 Deputados: Valmir Figueiredo (PT) Edvaldo Magalhães (BPM) Roberto Filho (BLT) José Luis (BSC) Luiz Gonzaga (PSDB)

Dia de Reuniões ordinárias: quarta-feira 9h

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO

Presidente: Deputado Elson Santiago (BPM)
Vice-Presidente: Deputado Nogueira Lima (PSC)

TITULARES:
 Deputados: Juarez Leitão (PT) Hélio Lopes (BLT) José Vieira (PFL)

SUPLENTES:
 Deputados: Thaumaturgo Lima (PT) Edvaldo Magalhães (BPM) Luiz Calixto (PDT) Roberto Filho (BLT) Tarcísio Medeiros (PPS)

Dia de Reuniões ordinárias: quarta-feira 9h

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO AGRÁRIA, FOMENTO, AGROPECUÁRIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Presidente: Deputado Delorgem Campos (BSC)
Vice-Presidente: Deputado Elson Santiago (BPM)

TITULARES:
 Deputados: Juarez Leitão (PT) Tarcísio Medeiros (PPS) José Vieira (PFL)

SUPLENTES:
 Deputados: Valmir Figueiredo (PT) Edvaldo Magalhães (BPM) José Luis (BSC) José Bestene (PP) Nogueira Lima (PSC)

Dia de Reuniões ordinárias: quarta-feira 9:30hs
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, SAÚDE PÚBLICA, LEGISLAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Presidente: Deputada Naluh Gouveia (PT)
Vice-Presidente: Deputado Chagas Romão (PMDB)

TITULARES:
 Deputados: Edvaldo Magalhães (BPM)

Roberto Filho
Tarcísio Medeiros (BLT)
 (PPS)

SUPLENTES:
 Deputados: Taumaturgo Lima (PT) Elson Santiago (BPM) Antônia Sales (PMDB) Roberto Filho (BLT) Luiz Calixto (PDT)

Dia de Reuniões ordinárias: terça-feira 9:30 hs.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Presidente: Deputada Naluh Gouveia (PT)
Vice-Presidente: Deputado Luiz Calixto (PDT)

TITULARES:
 Deputados: Edvaldo Magalhães (BPM) Chagas Romão (PMDB) José Bestene (PP)

SUPLENTES:
 Deputados: Valmir Figueiredo (PT) Elson Santiago (BPM) Antônia Sales (PMDB) Tarcísio Medeiros (PPS) Nogueira Lima (PSC)

Dia de Reuniões ordinárias: quarta-feira 9:30 hs.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Presidente: Deputado Nogueira Lima (PSC)
Vice-Presidente: Deputado Elson Santiago (BPM)

TITULARES:
 Deputados: Taumaturgo Lima (PT) Chagas Romão (PMDB) José Bestene (PP)

SUPLENTES:
 Deputados: Naluh Gouveia (PT) Edvaldo Magalhães (BPM) Antônia Sales (PMDB) José Vieira (PFL) Tarcísio Medeiros (PPS)

Dia de Reuniões ordinárias:

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Presidente: Deputado Valmir Figueiredo (PT)
Vice-Presidente: Deputado José Luis (BSC)

TITULARES:
 Deputados: Luiz Gonzaga (PSDB) Chagas Romão (PMDB) Elson Santiago (BPM)

SUPLENTES:
 Deputados: Juarez Leitão (PT) Edvaldo Magalhães (BPM) Antônia Sales (PMDB) Helder Paiva (PSDB) Delorgem Campos (BSC)

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputada Naluh Gouveia (PT)
Vice-Presidente: Deputado Hélio Lopes (BLT)

TITULARES:
 Deputados: Luiz Calixto (PDT) Delorgem Campos (BSC) Juarez Leitão (PT)

Suplentes:
 Deputados: Taumaturgo Lima (PT) Valmir Figueiredo (PT) Nogueira Lima (PSC) Francisco Viga (BSC) Nilson Areal (BLT)

DIÁRIO OFICIAL DO PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO ACRE

Supervisão Geral:

Secretaria Executiva

Editado pela:

SUBSECRETARIA DE ATIVIDADES LEGISLATIVAS

Diretor Responsável:

CARLOS AUGUSTO COËLHO DE FARIAS

Inscrição DRT/AC/Nº03/97

Redator-Chefe:

C.A.C. DE FARIAS

Apoio:

Coordenadoria de Comunicação Social

Composto e impresso na Gráfica Globo Ltda.

Endereço: Av. Ceará - 3.335